

A INTEGRAÇÃO DA ETNIA CIGANA NA CIDADE DE ALCOBAÇA

Dissertação de Mestrado

Vânia Filipa Oliveira Coelho

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques, ESECS

Alcobaça, 30 de Março de 2016

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

A INTEGRAÇÃO DA ETNIA CIGANA NA CIDADE DE ALCOBAÇA

Dissertação de Mestrado

Vânia Filipa Oliveira Coelho

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques, ESECS

Alcobaça, 30 de Março de 2016

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.” (Paulo Freire)

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade. Por tudo isso agradeço profundamente.

Ao Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques, pela sua orientação, pelo saber que transmitiu, pelas opiniões e pelas críticas. Bem como o solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho.

À minha mãe pela grande ajuda e pelo apoio prestado ao longo da realização deste trabalho.

Ao meu noivo pela paciência que teve, pelas tardes e pelas noites em que teve que segurar as pontas com o nosso filhote.

Às minhas colegas, amigas e parceiras nesta grande caminhada que foi o mestrado, Ana Lucas e Rita Marques.

Tendo consciência de que sozinha nada disto teria sido possível, a todos eles dedico este trabalho.

Um muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar e compreender melhor a cultura cigana no geral, de modo a perceber em que medida as transformações culturais ocorridas na sociedade portuguesa têm afetado a comunidade cigana em relação à comunidade alcobacense.

Será estudada mais em pormenor a comunidade cigana de Alcobaça e a sua integração na comunidade alcobacense.

O facto de residirem num bairro que foi construído apenas para a comunidade cigana, também será abordado, de modo a tentar perceber-se até que ponto foi benéfico ou prejudicou a etnia a nível da integração e inclusão na comunidade maioritária.

Pretende-se com este estudo perceber se o processo de aculturação existente até agora, terá influência nas famílias de etnia cigana para a inclusão destes na comunidade dominante e dar a conhecer um pouco do que se “esconde” nesta etnia, ainda tão isolada na cidade de Alcobaça, de modo a desconstruir a cultura cigana perante os alcobacenses para que o preconceito por eles sentido se vá dissipando.

Deste modo a investigação irá incidir no Bairro Social da Bela Vista em Alcobaça e numa pequena amostra da comunidade em geral, irei utilizar como metodologia os inquéritos por questionário e entrevista.

Palavras chave

Aculturação; Assimilação; Cultura; Exclusão; Inclusão; Integração

ABSTRACT

This work aims to approach and better understand the gypsy culture in general, so as to realize to what extent cultural transformations in Portuguese society have affected the gypsy in relation to Alcobaça community.

The gypsy community and its integration in Alcobaça community will be studied in more detail.

The fact of living in a neighborhood that was built just for the Roma, will also be addressed in order understand up to what extent it was beneficial or harmed the ethnic group in its integration and inclusion in the majority community.

This study aims to understand if the process of acculturation that exists so far will have influence on the inclusion of Roma families in the dominant community and raise awareness for what is "hidden" in this ethnic group, still so isolated in the city Alcobaça, in order to deconstruct the gypsy culture to the alcobacenses so that the prejudice from them start to dissipating.

Thus the research will focus on the Bela Vista neighborhood in Alcobaça and on a small sample of the community in general. I will use as methodology the surveys and interviews.

Keywords

Acculturation; Assimilation; Culture; Exclusion; Inclusion; Integracion

“Os descendentes do povo cigano

São fieis hás tradições

São descendentes de uma raça

Conservam o encanto e a graça

Mas não toleram traições

É um povo livre

Adoram a liberdade

Enfrentam a chuva e o vento

Mas não trocam o acampamento

Pelo conforto da cidade

Gostam de viver ao ar livre

Respirando o ar da mata

Enfrentam o calor e o frio

Tomam banho de rio

Levam a vida em serenata

Fazem festa a luz da lua

Trocam o sol pelo luar

A volta da fogueira

Cantam e bailam a noite inteira

Param só ao sol raiar

Só voltam ao seu habitat

Quando o inverno vem chegando

Mas quando chega a primavera

Já vão deixando sua terra

Para as colinas estão voltando

*São artistas no comércio
Dominam todos os sectores
Talvez seja por isto
Que mesmo antes de Cristo
Já eram grandes mercadores*

*Sua vida é uma canção
Cantam e bailam todo dia
Sem temor nem preconceito
Carregam dentro do peito
O amor e a alegria”*

Praia grande, 14 de Maio de 2009

Manuel Joaquim Guerra

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice Geral	vi
Índice de Figuras	viii
Índice de Gráficos.....	ix
Introdução.....	1
Enquadramento teórico.....	2
Conceção Histórica da Etnia Cigana	2
Os ciganos em Portugal	3
A língua Cigana	7
A Família	8
Formação e Emprego.....	12
Ensino Escolar	12
Formação Profissional Especial	15
O Mercado de Trabalho e a Inclusão/Exclusão social.....	17
Pobreza e Exclusão Social.....	17
Caraterização Geográfica do Concelho de Alcobaça	20
Caraterização Social da Comunidade Cigana de Alcobaça.....	22
Metodologia.....	26
Apresentação e discussão de resultados	30
Análise das entrevistas.....	32
Análise dos questionários realizados (Ciganos)	37

Análise dos questionários realizados (Não ciganos)	45
Conclusões.....	53
Bibliografia.....	57
Anexos.....	61
Anexo 1	
Anexo 2	
Anexo 3	
Anexo 4	

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. I – Brasão do Concelho de Alcobaça

Fig. II – Alçado lateral de um dos blocos do Bairro da Bela Vista em Alcobaça (2006)

Fig. III – Alçado frontal de um dos blocos do Bairro da Bela Vista em Alcobaça (2016)

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I. Habilitações literárias dos inquiridos de etnia cigana

Gráfico II. Tempo de residência em Alcobaça dos inquiridos de etnia cigana

Gráfico III. Tipo de habitação em que residem os inquiridos de etnia cigana

Gráfico IV. Principais locais de discriminação na cidade de Alcobaça

Gráfico V. Grau de satisfação perante os serviços públicos de Alcobaça

Gráfico VI. Definição da comunidade alcobacense

Gráfico VII. Habilitações literárias dos inquiridos da comunidade alcobacense

Gráfico VIII. Profissão dos inquiridos da comunidade alcobacense

Gráfico IX. Tempo de residência em Alcobaça dos inquiridos da comunidade alcobacense

Gráfico X. Grau de concordância da comunidade alcobacense perante os ciganos

Gráfico XI. Nível de incómodo num casamento entre um cigano e um não cigano

Gráfico XII. A integração dos ciganos na sociedade alcobacense

Gráfico XIII Discriminação dos ciganos pela comunidade alcobacense

Gráfico XIV. Grau de influência da cultura cigana no dia-a-dia da comunidade alcobacense

Gráfico XV. A integração da comunidade cigana daqui a 10 anos

INTRODUÇÃO

Os ciganos continuam a ser excluídos da comunidade dominante, começando quando entram para a escola e continuando ao longo dos anos, a nível de emprego, de inclusão e aceitação pela mesma. Apesar da legislação anti-discriminação existente, as minorias étnicas são alvo de constante discriminação no mercado de trabalho, devido à sua pertença étnica. Este fator conduz quase que obrigatoriamente, à pobreza e exclusão social. Cada vez mais, existe uma marginalização da população socialmente desfavorecida. Esta exclusão, juntamente com formação insuficiente provoca dificuldades cada vez maiores na inserção profissional desses indivíduos, tornando-se num ciclo vicioso, já que o desemprego de longa duração e a falta de formação profissional leva, geralmente à exclusão permanente do mercado de trabalho. Partindo desta problemática, é necessário que se juntem esforços para promover a inserção e reinserção social destes indivíduos. Este é um processo de transição e de reconhecimento na sociedade.

Este estudo tem como principais objetivos abordar e perceber até que ponto a etnia cigana se encontra integrada na comunidade alcobacense, tendo em conta que residem na periferia da cidade e que são, à partida, postos de parte pela mesma. Compreender até que ponto a comunidade cigana se sente “confortável” a residir num bairro social apenas com indivíduos da mesma etnia ou se acharia mais vantajoso ter vizinhança não-cigana. Pretende-se também perceber qual o nível de aceitação por parte da comunidade maioritária na dinâmica do dia-a-dia.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro, o enquadramento teórico abrangendo a conceção histórica da etnia cigana, os ciganos em Portugal, a língua cigana, a família, a formação e emprego, a formação profissional especial e o mercado de trabalho e a inclusão/ exclusão social. No segundo, o enquadramento contextual, englobando a caracterização geográfica do concelho de Alcobaça e a caracterização social da comunidade cigana de Alcobaça. No terceiro, apresenta-se a metodologia usada para recolher os dados para o estudo e, no quarto a apresentação e discussão de dados que engloba a análise das entrevistas e dos questionários efetuados.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CONCEÇÃO HISTÓRICA DA ETNIA CIGANA

Estima-se que o povo cigano tenha as suas origens na Índia, na margem do rio *Indus*. Segundo Nunes, (1996), este povo veio para Ocidente, não antes do século X. Tal como tantos outros povos migradores, o seu objetivo era a busca do sol, para que o dia fosse mais longo e a chegada da morte tardasse.

Outros autores referem que este povo fugiu da Índia devido a “medidas repressivas aplicadas aos ciganos, com base em maus comportamentos sociais como o furto e a mendicância não autorizada” (Silva, 2003, p.62). Supõe-se que o povo cigano também iniciou uma caminhada em busca de terras onde pudessem viver em liberdade, mantendo os seus hábitos e costumes originais. Sendo um povo nómada não tem qualquer ligação a lugar algum em especial, logo, nada os impede de percorrer a estrada em busca de um lugar novo para viver. É um povo sem pátria, viajam em grupos de famílias, que possuem um grande sentido de união, solidariedade e companheirismo, respeitando as suas regras ao máximo pois são elas que os protegem dos estranhos.

Em terras do Império Bizantino, os ciganos tiveram um longo contacto com os cristãos de diversos povos e “Com esses cristãos aprenderam os ciganos várias línguas e receberam parte das suas crenças e ritos. Ouviram falar da Terra Santa, souberam dos privilégios papais concedidos aos peregrinos. Tais conhecimentos ser-lhes-iam proveitosos, quando resolveram prosseguir as suas peregrinações até à Cristandade Ocidental” (Nunes, 1996, p55).

Nos diversos países da Europa por onde passou, “A população cigana figura entre as mais perseguidas no decurso da história, tendo sofrido medidas de expulsão como o exílio (...) a Alemanha ordena a extermínio dos ciganos mandando executar os homens e cortar as orelhas às mulheres.” (Silva, 2003,p. 63). Assim, os elementos deste povo foram sujeitos à tortura, caçados como se de animais se tratassem, escravizados quer pelo estado quer pelo Clero.

Segundo Silva (2003), entre 1970 e 1980 esse modo de exclusão deixa de se verificar em Portugal, impondo-se uma política de inclusão em que o cigano não deve ser

rejeitado, mas sim enquadrado. Além desta medida, cria-se uma lei em que só serão condenadas “... as pessoas que levam uma vida nómada...” (Silva, 2003, p. 64). Com esta medida os ciganos que fossem sedentários não eram considerados ciganos e os nómadas que eram ciganos seriam marginalizados. Na opinião da autora, “Esta é uma forma de negação da cultura cigana, minimizando as características culturais do povo, valorizando só certas características culturais, isolando-as do contexto” (Silva, 2003, p.65).

Nos diferentes países deu-se um processo semelhante, segundo Silva (2003), primeiro os ciganos são aceites por se dizerem cristãos. No entanto, depois são escravizados, torturados e mortos dado serem um povo com características muito próprias e diferentes. Mais tarde, é-lhes imposto um processo de inclusão que “... reponde às preocupações de integração e normalização dos grupos considerados marginais, em que os ciganos estão incluídos, e em que a exclusão e reclusão são substituídas pelo controlo social e pela submissão progressiva numa sociedade unitária” (Silva, 2003, p. 65).

OS CIGANOS EM PORTUGAL

Segundo a maioria dos autores, a entrada dos ciganos em Portugal terá acontecido no século XV, no entanto, uns referem que foi no início, outros no final do século. As ideias dividem-se quanto à sua origem, uns dizem que vieram do Egito, “... e daí o nome de Gitanos na Espanha, de Gypsies que lhe dão os Ingleses, de Gyftoi usado pelos gregos modernos (...) mas é possível que alguns bandos se considerassem de origem grega ou mesmo oriental.” (Nunes, 1996, p 72).

Os ciganos não representam um povo compacto e homogéneo. Mesmo pertencendo a uma única etnia, existe a hipótese de que a migração desde a Índia tenha sido fracionada no tempo, e que desde a origem fossem divididos em grupos e subgrupos, falando dialetos diferentes.

As diferenças no tipo de vida, a forte vocação ao nomadismo de alguns, contra a tendência à sedentarização de outros gera uma série de contrastes que não se limitam a uma simples incapacidade de conviver pacificamente.

Segundo Antunes e Oliveira, (2001), “As primeiras referências aos ciganos em Portugal aparecem na literatura e na legislação do início do século XV na poesia de Luís da Silveira incluída no «Cancioneiro Geral», de Garcia de Resende; no «Auto das Ciganas», de Gil Vicente; nas cortes de 1516, no reinado de D. João III.” (p. 208).

Gil Vicente dedicou-lhes uma peça de teatro - Farsa de Ciganos - representada em Évora, em 1521 ou 1525. Nesta altura, os ciganos são já identificados como comunidade de gente nómada que se dedica a roubar num sítio aquilo que vão vender no outro. Dominam o comércio das cavalgadas, em especial aquelas que se encontram doentes fazendo-as passar por animais de boa saúde. Celebrizaram-se também por se dedicarem às práticas de feitiçaria, quiromancia e cartomancia (<http://www.filorbis.pt>).

Evocando tudo isto, D. João III, pelo Alvará de 13 de Março de 1526, proibiu-os de entrarem em Portugal, ordenando a expulsão de todos os que aqui viviam. Ao longo dos séculos são inúmeras as leis promulgadas com idêntica finalidade. Sempre mais severas, mas sempre inúteis. Uma das últimas foi a de D. João V, em 10 de Dezembro de 1718 (<http://www.filorbis.pt>).

A partir do século XIX, o Estado deixou de colocar a questão da expulsão dos ciganos, passando a considerá-los cidadãos portugueses, embora soubesse que estes se autoexcluem de prestar qualquer serviço à comunidade, nem se manifestam dispostos a aceitarem as suas leis (<http://www.filorbis.pt>).

No reinado de D. Maria I chegou a ser recomendado que as crianças fossem retiradas aos pais, de forma a possibilitar a sua integração social. Uma medida que nunca foi aplicada. Os regulamentos policiais ao longo dos tempos continuam a recomendar uma vigilância mais atenta para os membros desta comunidade, um facto que evidencia a sua resistência a uma efetiva integração social (<http://www.filorbis.pt>).

O motivo pelo qual este povo nómada veio para Portugal, foi possivelmente por vir fugido de Espanha, onde tinha sido sujeito às medidas repressivas dos reis católicos. Nunes (1996), no entanto, afirma que este povo vindo do Egito, terá entrado em Portugal pelo Algarve muito antes do século XV, aquando da travessia do Estreito de Gibraltar e a sua chegada ao sul de Espanha.

Os ciganos foram “inicialmente recebidos como uma certa deferência e curiosidade, rapidamente começaram a ser olhados com desconfiança e receio. Ameaçadoramente livres, numa sociedade sedentária preocupada com a consecução e preservação dos direitos de propriedade, os ciganos passam a ser considerados como perigosos e, portanto, alvo de perseguição cerrada” (Pinto, 2000, p.81). Silva (2003) acrescenta que diante desta situação D. João III em 1526, tomou medidas repressivas relativamente aos ciganos. Estes sofreram maus-tratos e muitos foram deportados quer para as ilhas das colónias portuguesas, quer para o Brasil.

A sua presença era temida pelo povo, pois os ciganos traziam consigo uma má reputação que dura até aos dias de hoje. Caracterizados como vagabundos, ladrões e mendigos, vestindo roupas sujas e vivendo em barracas sem condições, causavam distúrbios e grandes aborrecimentos à população. Segundo Nunes (1996), “os habitantes dos povoados sempre desconfiaram dos nómadas que sobrecarregam de todos os defeitos e vícios” (p. 364). Além disso, diziam ter poderes mágicos e míticos que assustavam mais ainda a população.

No século XVI, em 1552, no reinado Filipino “(...) é publicada uma lei que prevê a pena de morte para os ciganos encontrados a vaguear” (Pinto, 2000, p.83). Com o objetivo de os ciganos abandonarem a vida de nómadas e se fixarem, vivendo dignamente, a lei permite a sua naturalização. Mais tarde todos os ciganos que não se fixassem até aí, seriam perseguidos. Além disso, eram-lhes retirados os filhos e fechados na Casa Pia onde lhes incutiam a religião cristã e todos os valores do trabalho, para que a sua integração na sociedade fosse bem sucedida.

A inquisição devia, supostamente, ser uma grande perseguidora dos Ciganos, devidos às suas feitiçarias, cartomancia e irreligiosidade. No entanto, e segundo Coelho (1995), este povo era-lhe indiferente. Apenas foi constatado um processo inquisitorial, no qual o condenado era uma mulher cigana, pelas feitiçarias que tinha feito para burlar as pessoas. Esta atitude deveu-se ao facto de o povo cigano nunca manifestar nenhum perigo, quer para o Estado, quer para o Clero. Assim, era-lhe dado tão só e apenas o desprezo, sendo considerados, como refere Borrow citado por Coelho (1995), “gente barata y despreciable”, além disso acrescenta que “(...) a religião foi apenas a máscara com que se cobriram os verdadeiros motivos das perseguições religiosas, motivos que eram a cobiça e a avareza” (p. 162), não descurando os outros motivos. O povo cigano

seguia as convicções que mais lhe conviesse, acomodando-se à religião cristã em Portugal e, portanto, nem se importavam de casar, batizar ou até ir à missa católica se isso significasse a permissão para viver ali.

De acordo com o mesmo autor, de entre os clãs de ciganos existentes no mundo, o que predomina em Portugal e Espanha é o grupo “*Kalon*”. Este grupo sofreu duras perseguições, pois sendo países profundamente católicos e conservadores, não podiam admitir os costumes ciganos. Assim, com todas as repreensões sofridas, foram proibidos de usar as suas roupas típicas, de realizar as suas festas e cerimónias tradicionais e de falar o seu idioma, o que os obrigou a criar um dialeto, em Portugal, onde as proibições foram ditadas por lei. Apesar de ter sido um povo muito reprimido, tal facto não fez com que abandonassem as suas leis e tradições, muito pelo contrário, os Kalons são atualmente o clã que mais fielmente segue a lei cigana (Coelho, 2005).

O cigano tem um espírito vivo e perspicaz em relação ao mundo que o rodeia. Segundo Coelho (1995), o facto de a maioria ser analfabeta, não significa que não tenha conhecimentos, pois o saber ler e escrever não são a cultura em si mesma, mas sim o instrumento que dará acesso a ela, se for bem utilizado e direccionado para a educação.

Perdura ainda no senso comum, a ideia de que este povo é nómada. No entanto, atualmente o que acontece “(...) nada tem a ver com a imagem lírica da família cigana, na carroça puxada pelo burro, pela estrada fora, conduzida pelo patriarca e seguida pelo cão. A história naturalmente encarregou-se de os encostar à berma... Hoje em dia, como há muitos anos os ciganos são sedentários” (Antunes, 2004, p. 5).

Após se terem instalado em Portugal, os ciganos foram identificados com a imagem negativa que perdura até aos nossos dias e que continuamente foi evocada para os reprimir ou expulsar. A comunidade cigana resistiu a tudo e aqui permaneceu.

Presentemente existe um novo e decisivo desafio: a integração imposta em nome do progresso e dos direitos humanos.

O facto da população portuguesa deixar as zonas rurais para se fixar nas cidades, acabou por forçar os ciganos a sedentarizarem-se, tendo a maioria deles fixado residência nas periferias das cidades, onde continuaram a dedicar-se à venda ambulante, nomeadamente de produtos contrafeitos.

Com o tempo as tendas foram substituídas por bairros de barracas. As carroças puxadas por mulas foram substituídas por carrinhas.

Embora se tenham verificado múltiplas alterações, os ciganos continuaram a resistir a todo e qualquer processo de integração. As crianças, sobretudo as raparigas, continuaram a não frequentar as escolas. A escola continua a ser vista como uma ameaça à própria sobrevivência das tradições e unidade da comunidade cigana.

A LÍNGUA CIGANA

A língua cigana foi desde sempre um grande mistério, tal como a sua origem. Nunes, (1996), diz que “(...) já na renascença alguns eruditos tentam desvendar esse mistério. Munster, na sua «Cosmografia Universalis», considera-a uma língua artificial, forjada como as gírias das classes dos malfeitores. Nicolau Ventura assegura que os ciganos se servem duma certa gíria complexa, para não serem entendidos por estranhos. O espanhol Martin Del Rio diz que os Gitanos de Espanha inventaram uma língua – a «geringonza», porque haviam esquecido a sua língua de origem. O nosso Adolfo Coelho, também diz que eles falam numa ”geringonça ou calão” (Nunes, 1996, p. 252).

A partir do séc. XVI, Scaliger, citado por Nunes (1996), refere que o estudo desta gíria, começa a ser vista como uma língua e não como uma gíria. Não é uma verdadeira língua que os identifica como sendo de um país, pois como refere Liégeois, (1989), “ (...) o facto de estes nómadas irem e virem, sem país e sem pátria, não seria compatível com uma «verdadeira» língua (...)” (p. 37), mas é a sua língua, a língua cigana.

O romani ou romanez é a língua que mantém viva e unida a tradição cigana, sendo uma língua própria e exclusiva. Contudo com o percurso migratório que os ciganos tiveram, a sua língua foi-se cruzando com outras e as influências foram surgindo. Liégeois (1989), afirma que muitas línguas europeias emprestaram palavras à língua cigana, sem se aperceberem. Por vezes através de “(...) uma expressão da gíria que, em seguida, passa para a linguagem corrente. Há zonas em que os «empréstimos» foram mais numerosos e chegam a criar uma língua regional (...)” (p. 38).

A FAMÍLIA

Na etnia cigana tudo gira em torno da família pois esta é, segundo Liégeois (1989 p. 63) “ (...) um elemento de permanência, sinónimo de estabilidade (...)”, é ainda “(...) um todo, um conjunto de membros solidários em face de outras famílias, solidários em face do estranho. Os conflitos são vividos coletivamente, as relações entre os indivíduos são as relações entre grupos familiares e o indivíduo age como membro da sua família”.

A família é o mais importante para os ciganos. Os filhos normalmente representam uma forte fonte de subsistência. Os homens, atingida uma certa idade, são frequentemente iniciados em outras atividades como acompanhar o pai às feiras para ajudá-lo na venda de produtos artesanais.

Além da família mais próxima, a família extensa, que compreende os parentes com os quais sempre são mantidas relações de convivência no mesmo grupo, comunhão de interesses e de negócios. Com a família extensa são mantidos fortes laços, mesmo se as famílias residirem em lugares diferentes.

Nunes (1996), refere que na sociedade cigana o conceito de família não se refere apenas a uma “família nuclear” comum de pais e filhos, mas sim a uma extensa família composta por várias famílias nucleares ligadas por laços de sangue, designando-se como clã. Segundo o autor “O clã, a família extensa e incluso a tribo, comportam-se como um todo na sua atuação social” (p. 176). Por este motivo, quando acontece alguma coisa surgem todos os membros do clã, a fim de se defenderem ou darem apoio uns aos outros. Quando se trata de um casamento ou funeral junta-se, normalmente, todo o clã.

A solidariedade social mantém os unidos. Liégeois (1989) diz que devido a esta solidariedade existe um enorme respeito entre eles, especialmente pelas crianças que, ao ficarem órfãs, passam a estar ao encargo de alguém do clã e, pelos idosos que são cuidados por todos. Em ambas as situações não é admitida a hipótese de casas de acolhimento, já que uma pessoa nunca deve ser abandonada pela família. Esta união suscita também, segundo Nunes (1996), a obrigação do clã se ajudar mutuamente, em momentos de dificuldade económica.

A família cigana é estruturada em forma de pirâmide, “(...) organizada através de laços de sangue em que a família nuclear é o primeiro elo – o *bató* (pai), a mãe (*day ou bata*),

os filhos (*chavos*), seguidos do clã ou família extensa, que é o grupo de parentesco” (Nunes, 1996, p. 176).

Além dessa estrutura piramidal dentro dos clãs, o autor diz que se encontra uma estrutura de poder hierárquico, em que a idade está intimamente relacionada com a autoridade efetiva, são os “grupos da idade”. Assim, podem distinguir-se quatro grupos: o grupo dos “*Chavarrós*” (os filhos), que vai desde o nascimento à puberdade; o grupo da puberdade ao matrimónio, o grupo dos “*tios*”, que são geralmente os pais com mais prestígio ou com muitos filhos e, por fim, o grupo da maturidade à velhice, possuindo este último mais autoridade que os outros.

Em suma, Nunes (1996) designa este esquema de «atividade política» da família e do clã cigano. “Se uma chave não guarda a virgindade, se um pai não protege a sua família, ou uma jovem cigana não consegue gerar filhos e converter-se em *day*, se um tio conduz mal o seu clã (...) eles perderão inevitavelmente a sua autoridade e o respeito dos restantes” (p. 177).

A família é normalmente chefiada pelo homem, a este cabe o poder de liderar a família bem como, o dever de a proteger. Liégeois refere que “(...) o homem, perante o exterior é portador e defensor do prestígio da família, sendo também, no interior, o chefe e tendo, com este título, a autoridade e poder de decisão” (p. 66). O homem está frequentemente fora de casa e o dinheiro que ganha é normalmente para eventuais despesas. Este tem ainda, a função de combinar o casamento dos filhos, decidir qual o destino da sua família para além do dever de opinar em assuntos relativos à sua comunidade. Assim, “(...) as posições de autoridade na vida cigana estão controladas pelos homens” (Nunes 1996, p. 181).

As mulheres por sua vez, segundo o mesmo autor, têm a tarefa de conceber, criar e educar os filhos, especialmente as filhas, que não podem abandonar até ao seu casamento, ou mesmo até elas serem mães. O autor diz que “Dentro do lar Cigano, a mulher que é mãe deve uma obediência e submissão total ao marido, exceto no caso de ele ter uma má conduta (...)” (p.177). Assim, tal como o autor refere, “Colocada no centro da unidade familiar, a mulher cigana desempenha de facto um papel preponderante na conservação das estruturas tradicionais” (p.177). No entanto, como já

foi referido, a situação da mulher é de sujeição, em solteira, deve obediência ao pai e aos irmãos, depois de casada ao marido.

No que diz respeito à sexualidade nas mulheres, esta é essencialmente reprimida. O autor afirma que, “(...) para as mulheres, a sexualidade é um terreno contraditório, um misto de terrores e de prazeres, de segurança e de medos. A sociedade deposita nas mulheres o controlo da sexualidade: da masculina e da própria, pois esta pode incitar os homens a atuarem” (p. 266).

O trabalho é normalmente mais abrangente do que apenas as tarefas domésticas. A mulher costuma dedicar-se à venda de rua, a fim de ganhar algum dinheiro para ajudar a manter a casa ou, no caso de acontecer alguma coisa ao marido, cabe-lhe a “(...) obrigação de sustentar a casa e os filhos e atender às necessidades do marido. Neste caso a mulher ganha prestígio” (Nunes, 1996, p. 182).

Para o autor, é o nascimento do primeiro filho que consolida a família, dando estabilidade ao casal. Se o primeiro filho for varão ou se o casal tiver um grande número de filhos, é motivo de grande orgulho e prestígio dentro da sua linhagem e na do seu marido. O casamento entre dois indivíduos é o primeiro passo para a formação da família cigana, que é reconhecida apenas pela comunidade, nas condições que a tradição estipula. Assim, o matrimónio cigano não é regido pelo Código Civil Português ou pela Igreja Católica. Segundo Nunes (1996), apesar de atualmente a sociedade portuguesa influenciar bastante os princípios tradicionais ciganos, ela ainda exerce muito pouca influência sobre o funcionamento das estruturas, como o casamento, mantendo-se propósitos como ter muitos filhos e aumentar a força do grupo de parentesco.

As meninas ciganas costumam ser prometidas em casamento desde tenra idade. Os acordos são, normalmente, feitos pelos pais dos noivos, que decidem unir suas famílias.

O casamento é uma das tradições mais preservadas entre os ciganos, representa a continuidade da comunidade, por isso o casamento com os não ciganos não é permitido em hipótese alguma. Quando isso acontece a pessoa é excluída do grupo.

Manda a tradição escolher o cônjuge dentro do próprio grupo ou subgrupo, com notáveis vantagens económicas. Um cigano pode casar-se com uma gadjí, isto é, uma mulher não cigana, a qual deverá, porém, submeter-se às regras e às tradições ciganas.

Ainda se dá extrema importância ao dote, sendo este fundamental. Aos filhos é dada uma grande liberdade, mesmo porque logo deverão contribuir com o sustento da família e com o cuidado dos menores.

Nunes (1996) refere, ainda, que segundo o acordo moral cigano, o estado civil divide-se em quatro grupos: solteiros, casados, divorciados e viúvos. No caso de viuvez, a viúva muito dificilmente poderá voltar a casar, já que deve respeitar a memória do falecido como se ainda fosse vivo. Em alguns casos, no entanto, o viúvo pode voltar a casar, alguns anos depois.

No casamento, a relação do casal deve ter o máximo de obrigação de defesa mútua. No entanto, segundo Nunes (1996), se houver um conflito entre o irmão e o marido de uma mulher, ela tem que defender primeiro o seu irmão, pois o sangue é mais forte. O marido tem o direito de bater à mulher justamente, mas, se for injusto, ela pode recorrer à sua família de linhagem (em especial à mãe e aos irmãos) para defende-la contra o seu marido.

Nunes (1996) opina que na família cigana os filhos têm muito valor, tanto é, que a esposa enquanto não for mãe pela primeira vez “(...) não recebe a estima e plena aceitação das outras mulheres da comunidade” (Nunes, 1996, p. 236). Os filhos são uma bênção do céu e, por isso, não há número limite de filhos. Estes recebem um amor exagerado por parte dos pais, sendo as mães super protetoras, não os entregando a qualquer pessoa. “(...) é muito raro os pais castigarem os filhos, ainda que façam asneiras” (p. 236). Um pai cigano, diz que não tem coragem de negar nada aos seus filhos que lhes dê felicidade, mesmo que implique estragarem alguma coisa, os caprichos devem ser acedidos (Nunes, 1996).

Ainda segundo Nunes, atualmente a solidariedade está um pouco enfraquecida entre os ciganos devido à dispersão das famílias restritas, encontrando-se famílias isoladas.

As famílias mais favorecidas economicamente, já vivem em prédios nas cidades, levando uma vida normal de qualquer cidadão, distinguindo-se, no entanto, pelos seus traços culturais. “Os laços tradicionais manifestam-se apenas nas ocasiões de festas, feiras, peregrinações ou nos casamentos e funerais” (Nunes, 2003, p.237).

Por fim, Nunes (1996) refere que “O respeito pela velhice ainda é muito acentuado. O velho na família merece todos os cuidados, como se fosse uma criança. Idade é sinónimo de status privilegiado” (p. 237).

FORMAÇÃO E EMPREGO

ENSINO ESCOLAR

A educação da criança cigana começa na sua família e na comunidade onde vive, diferenciando-se entre os sexos logo na infância. Segundo Moreno (2004), as crianças são socializadas de forma diferente, consoante o sexo e de acordo com as expectativas, papéis e tarefas aos quais estão destinados no futuro. Os meninos vão aprender as atividades do pai, enquanto as meninas, desde muito novas, aprendem com a mãe, a tratar dos irmãos mais novos e as tarefas domésticas. Apesar da mulher cigana ter um papel fundamental no seio da família, essa importância não inclui as mesmas oportunidades de escolarização que os rapazes.

O seu papel apenas é importante no que respeita à coesão da família, educação dos filhos até ao casamento e, transmissão da cultura cigana aos mesmos.

“A família está sempre presente e transmite-lhe toda a segurança e bem-estar possível (...) os pais desconfiam da escola, da sua função educativa (...)” (Sousa, citado por Antunes, 2004). Se o papel da instituição escolar é formar para o trabalho, então o que se verifica é que a criança cigana que frequenta a escola é separada das aprendizagens necessárias ao exercício da sua profissionalidade. (Sousa, citado por Antunes, 2004)

Segundo Silva (2003), por volta de 1930, as campanhas contra o analfabetismo intensificam-se um pouco por todo o país e, nestes programas incluem-se também os ciganos. Os inconvenientes de não saber ler nem escrever começaram a sentir-se, pois a nova realidade da sociedade obriga a certos procedimentos e, para se manterem relativamente independentes, vão procurar a escola por opção própria ou por opção dos pais, pois esta permite-lhes tirar a carta de condução e ter um emprego que não a venda ambulante. De acordo com Aires (2004), em alguns casos houve incentivos, como o caso do *Rendimento Mínimo Garantido*, atualmente designado por *Rendimento Social de Inserção*.

A implementação, em 1996, do "rendimento mínimo garantido", foi uma das medidas governamentais de maior alcance, pois permitiu que muitas crianças ciganas passassem a frequentar as escolas, uma exigência para a atribuição do subsídio às famílias. A verdade é que pouco depois também se constatou que os resultados da sua escolarização continuavam a ser muito modestos, dada a elevada taxa de abandono escolar logo após a atribuição do subsídio.

O Rendimento Social de Inserção (RSI), que sendo uma prestação pecuniária, foi criado com o objetivo de garantir um mínimo de condições económicas a todos os cidadãos que vivem em situação de exclusão social ou no limiar da pobreza. Além disso, esta política é um direito-dever, pois exige que quem beneficie da mesma, esteja sempre disponível para o trabalho (salvo quem tiver declaração médica de incapacidade). Assim os utentes têm por obrigação, promover a sua própria inserção social.

Atualmente a percentagem de crianças a frequentar a escola tem vindo a aumentar, apesar das expectativas continuarem a ser diferentes, conforme o sexo. Moreno (2004), refere que a entrada para a escola é a entrada para um mundo totalmente novo, com uma cultura diferente da sua. Lá deparam-se com regras que não são as suas, os rapazes especialmente têm que se submeter às ordens da professora, enquanto que em casa são eles que dão as ordens às irmãs e, por vezes, à mãe. “Estas diferenças podem gerar conflitos que tendem a aumentar se o professor não conhecer a cultura cigana. Por isso, a escola tem de estar preparada para ir ao encontro das normas culturais das crianças ciganas” (Moreno, 2004, p. 2). Silva (2003), refere que “(...) a adaptação ao ambiente escolar torna-se muito difícil para o cigano que vê a escola como um lugar de disciplina, cumprimento de horários e autoridade. A sua personalidade não se encontra estruturada para a rigidez dos procedimentos escolares (...)” (p. 83). Estes e outros fatores contribuem para que haja insucesso escolar nesta população. Para combater o insucesso, a escola deve ser inclusiva, multi/intercultural e socializadora. No entanto, esta não tem cumprido as suas funções o que, torna visível “(...) um desajustamento da escola face ao povo cigano. A instituição escolar e os currículos menosprezam os seus saberes e vivências, condenam a sua língua, hábitos e tradições, considerando-os anacrónicos, bárbaros e marginais. A escola não socializa, confronta, agride, impede o crescimento social e humano” (Sousa, citado por Moreno, 2004, p. 4).

Os mesmos autores referem que, para que as práticas educativas tenham sucesso em contextos tão heterogêneos, a igualdade de oportunidades é um conceito central e não se podem dissociar as vertentes antirracismo e multiculturalidade. Assim, este tipo de ação está implicado não só dentro da sala de aula, como também no seu exterior e exige que haja uma dinamização das relações da escola com as famílias, de modo a incentiva-las à participação e coresponsabilização.

Segundo Casa-Nova (2006), “Em Portugal o afastamento da escola das crianças e jovens de cultura cigana, quer seja através do elevado absentismo que apresentam, quer seja através da diminuição drástica da frequência escolar na transição entre os ciclos, com impacto a partir do final do 1º, tem sido considerado, desde o início da década de 90 do século XX, um problema social por entidades públicas, professoras/es e técnicos/as superiores” (Casa-Nova, 2006, p.157). Acrescenta, ainda, que “Dentro das minorias étnicas presentes na sociedade portuguesa, as comunidades ciganas portuguesas continuam a ser aquelas que apresentam, a nível nacional e para os atuais três Ciclos de Ensino Obrigatório, um menor índice de aproveitamento escolar, embora este resulte grandemente do elevado absentismo existente dentro destas comunidades” (Casa-Nova, 2006, p.158).

De acordo com Silva (2003), se por um lado muitos pais ciganos consideram que a escola é relevante, pois faculta aos seus filhos a oportunidade de aprenderem a ler e a escrever, por outro, a frequência da escola pode fazer com que o povo cigano perca a sua identidade cultural, uma vez que as crianças podem assimilar a cultura dominante na escola, modificando os seus comportamentos. Este receio de perda da identidade cultural aumenta em relação às raparigas, quando em idades de doze, treze anos possam contactar com rapazes não ciganos. É por estes motivos que, a maioria das crianças não completa a escolaridade obrigatória.

De acordo com Vicente (2005), o Conselho Europeu de Lisboa, traçou um conjunto de objetivos relativamente à educação e formação até 2010, relacionados nomeadamente com a promoção de uma sociedade apoiada no conhecimento e no aumento de taxas de emprego na União Europeia. “Nesta área, destaca-se a ausência de uma análise do impacto das políticas educacionais sobre minorias étnicas e, ainda mais especificamente no caso das comunidades ciganas” (Vicente, 2005, p.19). A autora acrescenta ainda que “(...) dada a estrutura centralizada dos sistemas escolares europeus, os ministérios de

educação nacionais devem orientar a implementação de políticas para uma educação integrada dos ciganos e, assegurar que esta orientação esteja bem presente nas estratégias que visam resultados de igualdade racial” (p.19).

No que respeita a programas com ofertas educativas para adultos, foram criados alguns em que se verificaram significativas integrações, com mais ou menos sucesso, nomeadamente, nas formações em Competências Básicas onde se encontram frequentemente alunos de etnia cigana (IEFP.IP).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESPECIAL

A formação profissional constitui uma área decisiva para uma otimização da integração profissional das pessoas, com dificuldades de inserção na vida ativa. A própria lei (Código do Trabalho) dita que deve existir formação profissional especial para estas pessoas, dando resposta às necessidades que existem.

O IEFP, IP tem como papel fundamental, executar as políticas de emprego e formação profissional definidas pelo governo. Para tal dispõe de um conjunto de serviços locais, tais como, os Centros de Emprego e Estruturas de Apoio ao Emprego, Centros de Reabilitação Profissional, Centros de Apoio à Criação de Empresas e Gabinetes de Inserção Profissional (GIP).

Estes serviços são apoiados pelo IEFP, IP quer em termos técnicos como financeiros, relativamente ao investimento e funcionamento, além disso funcionam como parcerias locais, com o objetivo de promover a inclusão.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, menciona que “A formação Profissional especial distingue-se da formação profissional comum, pelo facto de abranger não aspetos da formação, mas também de inserção sócio profissional e, ainda por se dirigir a segmentos da população com maiores dificuldades formativas e de resolução de problemas de integração” (IEFP, IP).

Estas ações devem ser pensadas mediante a procura e não a oferta, uma vez que o alvo principal dos programas de formação é um público com características muito específicas. Assim sendo, esta formação deve ser maleável e adaptada às características

sociais e psicológicas dos indivíduos, abrangendo as componentes de formação profissional e de qualificação social e relacional. Para tal, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, menciona que se deve ter em atenção o teor programático, graus de formação, métodos pedagógicos, ritmos e duração diária e global dos cursos. Estes aspetos devem sempre ser ajustados a iniciativas de ação local.

Estas formações destinam-se a “Pessoas em situação de carência económica e social, disfunção e marginalização; Pessoas que não atingiram o nível correspondente à escolaridade obrigatória e evidenciam dificuldades de aprendizagem ou de integração na sociedade; Pessoas pertencentes a grupos específicos, nomeadamente: desempregados de longa duração, minorias étnicas, imigrantes, reclusos e ex-reclusos, toxicodependentes e ex-toxicodependentes” (IEFP, IP).

Esta formação tem como objetivo promover o acesso à qualificação e à integração socioprofissional de pessoas que se encontrem em situações particularmente difíceis ou pertençam a grupos sociais desfavorecidos, vulneráveis ou marginalizados, bem como congregar, na solução dos problemas de emprego-formação, as entidades do próprio meio ou outras.

As comunidades ciganas inserem-se nas minorias étnicas e, tendencialmente apresentam habilitações mais baixas, maior insucesso escolar e uma elevada taxa de abandono escolar, o que limita circunstancialmente as possibilidades de inserção profissional. Segundo Martins (2001), a grande maioria da etnia cigana sobrevive da venda ambulante, no entanto, cada vez mais esta atividade está a entrar em decadência dando menos rendimento. Dada esta situação, é necessário apostar na formação profissional, como alternativa para os mais jovens pois caso contrário, estes podem enveredar por atividades ilícitas, atraídos por dinheiro fácil.

É, no entanto, necessário que a formação profissional seja adaptada aos grupos desfavorecidos, “(...) os ciganos não se enquadram facilmente no perfil da formação profissional disponível e, é necessário criar cursos na área do comércio, por exemplo, atividade para eles dominante. Os centros de emprego desconhecem, por vezes, fatores culturais que os impedem de exercer certas funções (...)” (Ramos 2003. p. 251).

O MERCADO DE TRABALHO E A INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A Lei Portuguesa concede direitos e deveres iguais a todos os cidadãos e, portanto, na realização do Princípio da Não Discriminação, “(...) a Resolução do conselho de Ministros nº 157/96, de 19 de Outubro, criou um Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, sob égide do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)”. Também a Lei nº 105/97 de 13 de Setembro, afirma que todos têm direito à igualdade no trabalho e no emprego e introduz importantes alterações que procuram desenvolver um sistema de controlo de situações de discriminação mais adequado.

Apesar da legislação, as minorias étnicas são alvo de constante discriminação no mercado de trabalho, devido à sua pertença étnica. “Poucos estados-membros identificam as comunidades ciganas como destinatários específicos nos seus planos nacionais de ação para o emprego e isto apesar da taxa de desemprego entre estes grupos continuar a rondar os 80% em alguns países. Os ciganos são confrontados com importantes obstáculos no acesso ao mercado de trabalho e são, à partida mais vulneráveis a situações de desemprego” (Vicente, 2005, p. 19). Este fator conduz quase obrigatoriamente, à pobreza e exclusão social. Cada vez mais, existe uma marginalização da população socialmente desfavorecida. Esta exclusão, juntamente com formação insuficiente, provoca dificuldades cada vez maiores na inserção profissional desses indivíduos, tornando-se num ciclo vicioso, já que o desemprego de longa duração leva, geralmente, à exclusão permanente do mercado de trabalho.

A questão do emprego é fundamental, pois possui um carácter estratégico na sociedade, dados os seus efeitos estruturantes. Nas nossas sociedades o facto de ter trabalho significa de um modo geral, ter acesso a um rendimento, a direitos sociais, a um estatuto, ou seja, a uma rede de relações e a uma identidade. Por outro, a falta de emprego associa-se à perda de autonomia económica, diminuição de laços sociais e familiares e alterações ao nível da personalidade e das capacidades não apenas profissionais, mas também pessoais e sociais.

Tal como refere Bruto da Costa, “o emprego é um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades europeias contemporâneas. Estar desempregado não é

só estar privado da fonte normal de rendimento. Também é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento, que do mesmo advém, de participar na vida económica do país” (Bruto da Costa, 2002, p. 58).

Martine Xiberras afirma que “a pobreza significa incapacidade de participar no mercado de consumo. O desemprego sublinha a incapacidade de participar no mercado da produção” (Xiberras, 1993, p. 28). Assim, estes dois fenómenos, pobreza e desemprego, são considerados como processos similares de rejeição dos homens para fora do que a sociedade moderna considera mais importante, que são os privilégios económicos.

A discriminação e o racismo em relação aos ciganos surgem nos discursos de forma bem presente e acontece tanto sob o ponto de vista institucional como do ponto de vista individual. A discriminação a que determinados grupos estão sujeitos, torna-se um impedimento no cumprimento da sua cidadania, agravando-se esta questão no que se refere aos excluídos.

De acordo com Marshall, os direitos sociais “implicam o direito absoluto a um certo padrão que só é dependente da inserção dos deveres gerais de cidadania” (Marshall, 1967, p. 26).

Existem regularidades e semelhanças, que permitem a identificação e a classificação de situações típicas de conjugação de fatores que impedem a participação social e que convergem na formação de grupos sociais vulneráveis, nomeadamente, as pessoas com deficiência, as crianças e os jovens em risco, as vítimas de violência doméstica, os emigrantes, as minorias étnicas, os reclusos, os ex-reclusos, as pessoas sem abrigo, entre outros.

Os ciganos são vistos como uma ameaça interna que deve ser afastada, não lhe sendo permitido o acesso a qualquer lugar no sistema social. O acesso e a utilização de quase todos os serviços e *atividades*, sejam eles públicos ou privados, nomeadamente em escolas, centros de emprego, Segurança Social, centros de saúde, hospitais, estabelecimentos comerciais, etc., são marcados pelo racismo e pelo preconceito, acabando a população cigana por se sentir sistematicamente discriminada (Mendes, 2007).

De um modo geral, há famílias ciganas que não são bem acolhidas nas redes institucionais. A presença nas instituições de mediadores ciganos nem sempre é uma medida bem aceite pelos outros trabalhadores. A participação e presença assídua de ciganos em alguns serviços, projetos e atividades tendem a afastar outros beneficiários/utentes.

Nos espaços em que residem e por onde se movem, há tendência para perspectivas dicotómicas quanto aos seus comportamentos: tendem a ser totalmente culpabilizados ou a serem desculpabilizados pelo que fazem. As dificuldades de acesso e de livre circulação também podem acontecer em relação à frequência de certos equipamentos como piscinas, museus ou centros digitais, com impedimentos explícitos de entrada, estando assim, as entidades responsáveis por estes serviços a infringir a lei.

Entre grupos minoritários é frequente existirem problemas de não-aceitação de outros grupos diferentes, mas mesmo quando aceitam, é frequente considerarem-nos com alguma desconfiança.

Na verdade, a pobreza e a exclusão social constituem uma intolerável situação de impedimento à participação na condição plena de cidadania e à partilha, com os outros, de condições de vida dignas por parte de pessoas, famílias e grupos desfavorecidos nos múltiplos aspetos da organização da sociedade. Entre estes aspetos contam-se a posse de rendimentos e recursos económicos, o acesso ao trabalho, a residência numa habitação condigna e a pertença a uma comunidade valorizada, o acesso à saúde e ao bem-estar, à proteção social, à educação, a uma identidade social e pessoal positiva e à autoestima.

CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE ALCOBAÇA

Com uma área geográfica de 408,14 Km², o Concelho de Alcobaça tem cerca de 55 237 habitantes (Censos 2011), é composto por 13 freguesias (União de Alcobaça e Vestiaria, Alfeizerão, Aljubarrota, Bárrio, Benedita, Cela, União de Coz, Alpedriz e Montes, Évora de Alcobaça, Maiorga, União de Pataias e Martingança, São Martinho do Porto, Turquel e Vimeiro).

A União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria foi constituída no ano de 2013, no âmbito da reorganização administrativa do território (Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro), pela agregação das antigas freguesias de Alcobaça e Vestiaria.

Com base nos dados do INE (Instituto Nacional de Estatísticas) Censos 2011, a União de Freguesias de Alcobaça e Vestiaria tem uma população residente de 7 009 habitantes, que representa 12,4% da população residente no concelho de Alcobaça, sendo 54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino e residem na mesma, aproximadamente, 2 920 famílias, distribuídas por 4 159 alojamentos.

No que se refere à estrutura etária, a freguesia acompanha a tendência de envelhecimento do concelho de Alcobaça, verificando-se que 54% da população tem entre 25 e 65 anos e que o número de habitantes com mais de 65 anos representa 21% da população residente, o que resulta num índice de envelhecimento de 142 idosos por cada 100 jovens (0-14 anos).

Na área da educação denota-se um decréscimo acentuado na taxa de analfabetismo, situando-se em 2011 nos 4,1%, percentagem que está abaixo da média do concelho, que se situa nos 6,2%.

Em relação à população economicamente ativa verifica-se que a taxa de atividade em 2011 se situava nos 46,5% da população residente da União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria, em linha com o restante concelho.¹

¹ Baseado em <http://www.jf-alcobacaevestiaria.pt/>

Localizada a 32Km de Leiria, a 44Km de Fátima, a 17Km da Costa Atlântica e a 122Km de Lisboa. Os principais acessos rodoviários são a autoestrada A8, Itinerário Complementar IC9, Itinerário Complementar IC2 e a Estrada Nacional EN8.

O município é limitado a norte pelo município da Marinha Grande, a leste por Leiria, Porto de Mós e Rio Maior, a sudoeste pelas Caldas da Rainha e a oeste envolve por completo a Nazaré e tem dois troços de costa no Oceano Atlântico.

É banhada pelos rios Alcôa e Baça e a junção destes rios é uma das versões que dá a origem ao nome da Cidade de Alcobaça.



Fig. I – Brasão do Concelho de Alcobaça

CARATERIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE CIGANA DE ALCOBAÇA

De acordo informação das técnicas do Núcleo Local de Inserção, no âmbito de RSI (Rendimento Social de Inserção) que trabalham com a comunidade, esta é constituída por 38 famílias, 7 das quais residem fora do bairro social. Todos os elementos que fazem parte desta comunidade estão ligados por laços familiares, uma vez que cada habitação é composta por um agregado familiar diferente e cada elemento tem uma ligação entre si. Isto é, numa das habitações reside a mãe da maioria dos elementos mais velhos que, por sua vez, constituíram família e o seu próprio agregado familiar.

Anteriormente faziam vida de nómadas, percorreram vários pontos do país e instalaram-se na cidade de Alcobaça, começando eles próprios a construir as próprias “barracas”, num terreno pertencente a uma IPSS. Inicialmente foram construídas apenas algumas “barracas”, todavia com o aumento do número de casamentos e de agregados familiares na comunidade, foram-se construindo cada vez mais. Pelo que em 2005 foi decidido pelo Presidente da Câmara da altura a construção de um bairro social para realojar cerca de 30 famílias. Foram construídas 24 casas tipo T2 e T3, as quais foram entregues às famílias ciganas em 2006, desde esse ano o bairro tem ficado muito deteriorado, desde janelas partidas, portas arrancadas, estores com buracos de balas, garagens a ser utilizadas como casas, onde apenas duas dão para carros, lixo no chão, tanto dentro das casas como na rua, puxadas de luz e de água, fios pendurados por todo o lado. O bairro está a ficar cada vez mais degradado e a Câmara Municipal pouco faz para resolver a situação, é como se fosse um bairro intocável onde ninguém vai.



Fig. II – Alçado lateral de um dos blocos do Bairro da Bela Vista em Alcobaça (2006)



Fig. III – Alçado frontal de um dos blocos do Bairro da Bela Vista em Alcobaça (2016)

A maioria das famílias ciganas que vivem na zona de Alcobaça tem somente como rendimentos a prestação do RSI e os abonos de família, ambos assegurados pela Segurança Social. As que não recebem RSI sobrevivem de vendas e de negócios considerados ilegais, que ninguém sabe ao certo do que se trata.

Relativamente à educação dos filhos, no geral todos a consideram importante. No entanto, enquanto os rapazes podem frequentar a escola até quererem, as raparigas, segundo a tradição e para “não ficarem faladas”, só podem frequentar o 1º Ciclo. Se bem que nos dias de hoje algumas já frequentam o 2º e 3º Ciclo, mas acabam por abandonar passado algum tempo. O envolvimento nas questões escolares (ajudar nos trabalhos escolares, ir às reuniões de pais, entre outros) é diminuto e, grande parte das crianças acaba por desistir da escola com o consentimento dos pais, mesmo sabendo que têm penalização a nível do contrato de inserção assinado com o RSI.

No que diz respeito à saúde, estão todos registados na Unidade de Saúde Familiar de Alcobaça, possuindo médico de família. As consultas de rotina e vacinação encontram-se em dia, o que indica que não há negligência a este nível.

Tendo em conta as condições em que algumas famílias vivem, existem sempre famílias numerosas. Afirmam que o cigano valoriza a família (embora algumas mulheres usem métodos contraceptivos para não engravidar) “tudo se cria” e “onde comem três comem quatro”. Apesar das crianças estarem por vezes sujas, denota-se muito afeto de pais para

filhos. Falam muito das origens e dos “antigos” ciganos que sempre foram muito ligados à terra e que a reprodução faz parte do seu instinto e do papel que desempenham como “machos”, no caso dos homens.

A comunidade cigana de Alcobaça pode ser considerada um grupo bastante unido, resultado da constatação de pequenos factos, como: estarem sempre de portas abertas; qualquer um entrar na casa do outro; de se reunirem ao fim da tarde no meio das casas (ou centro da comunidade); de falarem abertamente dos problemas uns dos outros; de rirem e de darem apoio nos momentos mais difíceis.

Esta comunidade refere alguns aspetos importantes da cultura cigana, como o facto de quando algum cigano está doente todos o vão visitar, chegando a acampar, toda a comunidade, à porta do Hospital, caso haja um período de internamento. Quando morre algum elemento da comunidade existe a tradição de vestir preto, dos homens não fazerem a barba nem cortam o cabelo, de não ver televisão nem beber vinho durante a fase do luto, podendo este ir de dois a cinco anos (se for um filho, pai ou mãe, o período é mais longo). Durante os primeiros seis meses de luto também não comem carne. Estas tradições antigas já estão a desaparecer um pouco, pois já existem aqueles que deixam de vestir preto antes de acabar o tempo, inclusivamente existem viúvas que voltam a “casar”, embora não fiquem muito bem vistas.

Festejam praticamente as mesmas datas que a maioria das pessoas de outras etnias e, da mesma forma, como é o caso do Natal e da Páscoa. Em relação ao Carnaval a importância que atribuem a esta época não é significativa, mas os mais jovens costumam sair à noite e até se mascaram. No caso do Natal, toda a comunidade reúne ao jantar, também comem bacalhau ou borrego e oferecem presentes “quando há dinheiro”. Existe uma particularidade que é o facto de o Natal começar um dia mais cedo.

Relativamente à religião existe uma minoria que frequenta um “culto” que consiste numa missa, celebrada um dia por semana, na qual fazem orações, num espaço alugado na cidade de Alcobaça, espaço esse que é pago com doações dos mesmos. Trata-se da Igreja Evangélica que tem origens nos Estados Unidos da América, Filadélfia. O ritual da doação, assemelha-se bastante ao da Igreja Universal do Reino de Deus. Cada um dá a contribuição que pode para ajudar nas despesas inerentes ao “culto”. Existe um Pastor que vem de fora e que faz as orações, dando conselhos à comunidade, seguindo as leis da Bíblia Sagrada. A particularidade é que estas missas são celebradas ao som de

música e as pessoas são convidadas a partilhar experiências e problemas que as atormentam, afirmando até que as doenças são curadas.

Considera-se que, cada vez mais, a tradição se vai perdendo, exceto em certas situações como descrevemos anteriormente e que os ciganos tendem a seguir a evolução dos tempos.

METODOLOGIA

O que se pretende com este estudo é perceber a influência do processo de integração experimentado pelas famílias de etnia cigana na inclusão dos membros desta etnia na comunidade dominante. Procura-se, também, conhecer os elementos que se mantêm ocultos nesta etnia, de modo a desconstruir a cultura cigana perante os alcobacenses e, deste modo, contribuir para que o preconceito por eles sentido se vá desvanecendo. Assim, existem alguns conceitos chave que vão ser abordados ao longo do desenvolvimento desta investigação: Cultura; Exclusão; Inclusão; Aculturação; Assimilação; Integração.

Todos sabemos que a cultura cigana é muito diferente da cultura não-cigana. Os ciganos de Alcoaça estão já, a perder, um pouco dessa cultura para de uma forma ou de outra se tentarem integrar na comunidade alcobacense. Como refere Silva (2003), a “cultura define-se como um conjunto de objetos materiais e simbólicos, o universo de experiências e de significados habitado por um grupo social. Cada cultura convive com hierarquizações sociais no seu seio, sejam elas de ordem classista, etária, de género, ou outra” (Silva, 2003, p.354).

Estas diferenças de cultura levam a que os ciganos sejam postos de parte pela comunidade dominante, assim, estes indivíduos acabam por ser alvos de exclusão. Exclusão essa que, de acordo com Clavel (2004), “(...) é um termo que desde há cerca de vinte anos tende a substituir o de “pobreza” para traduzir algumas formas de disfuncionamento da sociedade moderna. Esta alteração de terminologia tem um significado: traduz uma maneira nova de apreender o problema da pobreza num contexto económico e social em plena mutação” (Clavel, 2004, p.21). Contexto este que contribui para, segundo Bruto da Costa (2002), o desenvolvimento de variados tipos de exclusão decorrentes da natureza complexa e heterogénea da exclusão social.

Este autor considera que “(...) a exclusão social apresenta-se, na prática, como um fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo, que pode, com razão, falar-se de diversos tipos de exclusão” (Bruto da Costa, 2002, p. 21). Este autor considera existirem cinco tipos de exclusão social: económica – refere-se à pobreza, entendida como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos, caracterizada por más condições de

vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, elevadas taxas de desemprego, de emprego precário e de atividades no sector da economia; social – constitui uma situação de privação do tipo relacional; patológica – refere-se à rutura de laços familiares e de amizade devida a problemas de foro psicológico e mental, que originam comportamentos desajustados e agressivos; Por Comportamentos Autodestrutivos – trata-se de comportamentos relacionados com o uso de substâncias aditivas que conduzem a situações de exclusão social ou autoexclusão; cultural, que de acordo com o mesmo “A exclusão social pode também dever-se a fatores de ordem cultural. Como se sabe, fenómenos como o racismo, a xenofobia ou certas formas de nacionalismo podem, só por si, dar origem à exclusão social de minorias étnico-culturais. Também podem ser de natureza cultural os motivos que levam a sociedade a dificultar a integração social de ex-reclusos, por exemplo” (Bruto da Costa, 2002, p.22).

A comunidade cigana de Alcobaça encontra-se pouco integrada na comunidade alcobacense, mas no que diz respeito à sua inclusão, pode dizer-se que é quase nula, pois nunca participam na dinâmica do dia-a-dia da comunidade dominante.

O conceito de integração em sentido sociológico (Schnapper, 2007), é entendido como a incorporação de normas sociais e a participação na vida coletiva sobretudo através das dimensões económica, social e simbólica, por via das instâncias de socialização (Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, 2014, p.127).

A “inclusão”, segundo Rodrigues (2003) apareceu para assinalar outra visão, surgiu com a ideia que não é só o indivíduo que tem de procurar integrar-se na sociedade/comunidade/escola mas que estas estruturas têm também pelo seu lado de se modificar e de se aproximar do indivíduo.

Alguns dos ciganos de Alcobaça, mas principalmente os que residem fora do bairro tendem a procurar a sua inclusão no seio da comunidade alcobacense, principalmente quando põem um pouco de parte a sua cultura e acaba por haver uma modificação da mesma, começando a ter em conta as duas culturas. Desta forma existe uma aculturação que, segundo Cuche (2002), é o conjunto de fenómenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos culturais iniciais de um ou dos dois grupos.

Mesmo existindo uma aculturação, não se verifica ainda que algum cigano da cidade de Alcobaça tenha perdido por completo as suas origens culturais, ou seja, não houve assimilação de cultura. Segundo Casa-Nova (2013), “assimilar significa a perda da maior parte das características culturais de origem e a assimilação das características culturais do grupo sociocultural maioritário, ou seja deixar de existir enquanto diferente para se tornar no “esmo”, normalmente por um processo impositivo subtil (por exemplo, através da escola), mas também por um processo impositivo coercivo (por exemplo, a proibição legal, no séc. XVII, o uso da língua e de vestuário próprio dos ciganos que viviam em território nacional)” (Casa-Nova, 2013, p.218).

Segundo a bibliografia já utilizada e os autores já abordados pode-se afirmar que:

- As minorias étnicas são alvo de constante discriminação no mercado de trabalho, devido à sua pertença étnica, os inconvenientes de não saber ler nem escrever começaram a sentir-se, pois a nova realidade da sociedade obriga a certos procedimentos.
- Os ciganos consideram-se integrados na sociedade, já os não ciganos consideram-nos como uma cultura muito própria e afastada da sociedade dominante.
- A instituição escolar não socializa, confronta, agride, impede o crescimento social e humano e os currículos menosprezam os seus saberes e vivências, condenam a sua língua, hábitos e tradições.

Estas hipóteses não são mais do que afirmações sobre esta realidade e que durante a investigação iremos testar se são verdadeiras ou não.

A metodologia a utilizar para a concretização do projeto será, numa fase inicial, a pesquisa e análise documental e revisão bibliográfica, com o objetivo de fundamentar os dados a apresentar. A investigação irá incidir no Bairro da Bela Vista em Alcobaça e numa pequena amostra da comunidade em geral. O público-alvo será composto por 40 indivíduos ciganos e por 40 não-ciganos, nesta fase de investigação recorrer-se-á à observação participativa e à realização de inquéritos por questionário. De início tratar-se-á de um estudo que privilegia uma abordagem quantitativa (questionário a 80 indivíduos), mas que não descarta a recolha de informação mais qualitativa. Assim, no

desenvolver do projeto haverá lugar a um estudo qualitativo tendo em conta a realização de uma observação participativa e a realização de duas entrevistas, a um indivíduo cigano (Anexo 4) e a um indivíduo não cigano (Anexo 3), de modo a conseguir desenvolver e aprofundar algumas questões que ficaram menos claras nos questionários realizados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A componente prática do presente trabalho, consiste na caracterização Social da comunidade cigana, residente no Bairro da Bela vista em Alcobaça. Visa, essencialmente, demonstrar a perspetiva dos modos de vida e hábitos sociais de um grupo de famílias residentes nesta comunidade.

A primeira abordagem foi feita com algum cuidado, uma vez que era uma incógnita a forma como os membros da comunidade iriam receber e aceitar o pedido de colaboração para a elaboração do presente trabalho. Depois de apresentado o motivo da visita e solicitada a colaboração de alguns, o acolhimento por parte das famílias foi praticamente total, uma vez que já existia uma ligação devido ao acompanhamento realizado no âmbito do RSI.

Com a relação de confiança já existente com os elementos da comunidade, a troca de ideias, a conversa e o convívio acabaram por facilitar a aproximação e deste modo revelaram-se como os métodos mais eficazes na obtenção dos dados.

As reações das pessoas ciganas ao sentimento de discriminação vão muitas vezes, segundo os inquiridos, no sentido de fomentar o medo na relação que é estabelecida com as pessoas não ciganas.

Apesar de haver muito trabalho feito ao longo das últimas décadas com vista a “integrar” os ciganos, os projetos desenvolvidos são insuficientes para alterar a maneira de pensar das pessoas. Além disso, de acordo com os inquiridos, ainda persiste uma “desconfiança” mútua entre a população alcobacense e a comunidade cigana.

Outros inquiridos referiram que, por vezes, é difícil chegar à comunidade cigana. Por outro lado, existem opiniões divergentes por parte dos técnicos que, por trabalharem com a comunidade regularmente, têm outras perspetivas.

As opiniões dos inquiridos sobre a integração dos ciganos são, em geral, negativas, ainda que nalgumas áreas que têm sido desenvolvidas existam sinais positivos, como a saúde, a habitação ou a escolarização, não deixando, no entanto, de salientar pela negativa as questões do emprego, do preconceito, como entraves para a integração e participação da comunidade cigana na vida social alcobacense.

No que toca à relação entre ciganos e não ciganos, verificou-se que esta tem melhorado não tanto porque existam relações mais próximas, mas porque os ciganos tendem a isolar-se e a evitar conflitos desta forma. Esta tendência para o fechamento por parte dos ciganos começa a verificar-se muito cedo e quando ainda são crianças. Mesmo na escola, na hora do recreio, as crianças ciganas têm uma predisposição muito maior para se relacionar com outras crianças ciganas. Em geral, no quotidiano, nas áreas de intervenção referidas, não costumam acontecer situações de conflitualidade. De referir ainda o facto de no plano da relação com as instituições, existirem frequentes acusações, por parte da população não cigana, de que as instituições ajudam mais os ciganos do que os não ciganos.

As reações das pessoas ciganas a esse sentimento de discriminação vão muitas vezes, segundo os inquiridos, no sentido de fomentar o medo na relação que é estabelecida com as pessoas não ciganas, ou seja, contribuem para manter as distâncias sociais. De salientar que as atitudes de fechamento por parte das pessoas ciganas, sobre si próprios e sobre a comunidade de pertença, bem como a agressividade, são reações mais usuais nos ciganos face à discriminação.

É de opinião geral que para promover a integração dos ciganos, terão de se encontrar estratégias que passem por colocar ciganos e não ciganos a realizarem atividades conjuntas como, por exemplo, atividades desportivas, música, festas. Para isso é importante que os ciganos convivam mais com não ciganos, ao invés de se manterem isolados, em bairros onde só vivem ciganos.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No que diz respeito ao estudo da etnia em Alcobaça e de acordo com a opinião da entrevistada (A), a nível do desemprego verifica-se que quase a totalidade da comunidade se encontra nesta situação, excetuando um número muito reduzido que se encontra integrado no âmbito de medidas de inserção², destinadas a beneficiários de RSI (Rendimento Social de Inserção). Existe como que um “divórcio” entre as empresas e o papel social. É certo que todas as empresas visam o lucro e o bem-estar económico, sendo muito poucas aquelas que estão recetivas a acolher membros de etnia que se encontram à partida estigmatizadas. Muitas vezes, estas entidades nem sequer se mostram disponíveis para dar uma oportunidade a estas pessoas, que tem maior dificuldade de integração, tanto a nível social como profissional.

Partindo desta problemática, é necessário que se juntem esforços para promover a inserção e reinserção social destes indivíduos. Este é um processo de transição profissional e uma luta pela classificação social que permitirá aos indivíduos um maior reconhecimento na sociedade. Ainda não sendo suficiente para colmatar as dificuldades dos grupos mais desfavorecidos e, conseqüentemente, discriminados, além da política de inserção, foram criadas outras políticas sociais mais específicas, nomeadamente as políticas de proteção social onde se destacam os abonos de família, o Rendimento Social de Inserção, o subsídio de desemprego bem como medidas de inserção/integração (Ramos, 2003).

É neste sentido que surge o mercado social de emprego, que foi definido como “um conjunto diversificado de soluções para a integração ou reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas com base em atividades dirigidas a necessidades sociais, não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado” (IEFP, IP). Estas políticas visam a inserção de pessoas desempregadas e simultaneamente a satisfação de necessidades sociais, entre outras, de apoio às famílias, às escolas, de valorização do património

² CEI+ Contrato Emprego Inserção +, que visa apoiar a inserção profissional de desempregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção, através da realização de atividades socialmente úteis, fomentando a proximidade dos mesmos ao mercado de trabalho; este programa prevê a realização de trabalho pelos desempregados subsidiados que satisfaça necessidades sociais ou coletivas temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de doze meses.

natural, urbanístico e cultural. Estas medidas são promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, sendo o seu objetivo combater a pobreza e a exclusão social através da inserção ou reinserção profissional, promover a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade.

Em Portugal vive-se contra as pessoas ciganas um racismo diferencialista (Marques, 2007) que consiste numa forma de racismo dirigida aos ciganos que embora não contemplados pela ideologia “não racista” do Estado Novo, sempre foram tratados negativamente pelos poderes públicos – percebidos “como inassimiláveis, como corpos estranhos que atentam a uma pressuposta harmonia e segurança das comunidades” (Marques, 2007, p.41).

Relativamente ao estudo efetuado para este trabalho e segundo opinião da entrevistada, é possível constatar algum distanciamento entre a sociedade alcobacense e os ciganos. Como afirma a entrevistada (A) “(...) Ainda existe por parte de alguns alcobacenses uma postura de racismo para com a comunidade cigana. Não veem com bons olhos o facto de estes não trabalharem e terem regalias, como o RSI ou habitação social”. Também na opinião do entrevistado (B) é demonstrado a existência da discriminação por parte da comunidade alcobacense “Centenas de vezes. Muitos sítios não, tenho um café ou dois onde sou muito bem recebido, mas 80% somos discriminados.”

O acesso e a utilização de quase todos os serviços e *atividades*, sejam eles públicos ou privados, nomeadamente em escolas, centros de emprego, Segurança Social, centros de saúde, hospitais, estabelecimentos comerciais, etc., são marcados pelo racismo e pelo preconceito, acabando a população cigana por se sentir sistematicamente discriminada (Mendes, 2007).

Concretamente no estudo efetuado a discriminação por parte dos professores e auxiliares de ação educativa evidencia-se, porque há o estereótipo de as crianças ciganas não terem regras de boa-educação, de irem sujas para a escola, de serem problemáticas.

Estas atitudes em relação às crianças ciganas obstam ao desenvolvimento de uma educação inclusiva e aberta à interculturalidade. Segundo a opinião da mesma entrevistada “(...) o ideal seria crianças de culturas diferentes poderem partilhar experiências de forma a conviverem e compreenderem melhor “o outro” mas penso que

neste aspeto ainda existe muito trabalho a ser feito e, na minha opinião os professores, educadores e auxiliares têm um papel fundamental”.

Segundo Silva (2003), “(...) estreitar relações entre escolas e famílias (...) significa defendermos a construção de uma escola intercultural. Uma escola onde as diferentes culturas não estejam apenas formalmente presentes (...) mas onde se verifiquem comunicação, onde se registem significativas influências recíprocas (Silva, 2003, p. 366).

Nesta escola intercultural “As competências do “novo” professor terão de passar, cada vez mais, pela mediação sociopedagógica, isto se o professor quiser continuar a ter utilidade (...). Para isso terá de ter, a par de outras formações, uma preparação antropológica e sociológica, de educação intercultural e de mediação sociocultural, independentemente de precisar, ou não” (Vieira, 2013, p.128).

Perante esta perspectiva, podemos entender que há necessidade de haver por parte das escolas uma maior tolerância embora não seja só por si o suficiente como refere Vieira (2011) “Por uma necessária mudança: a tolerância não basta”. Segundo o mesmo autor “(...) a tolerância tornou-se, de repente, arma discursiva a favor da paz e da salvação do mundo. Mas ser tolerante não basta. Possivelmente não é mesmo a via de podermos ser diferentes e vivermos juntos (Vieira, 2011, p. 102).

As minorias consideradas de “risco”, sendo mais vulneráveis, estão mais predispostas para o insucesso, repetindo a sua própria história ou a dos pais. Como, por exemplo, o insucesso escolar, o desemprego, depender das prestações sociais ou até residir em barracas ou bairros sociais. A maioria dos ciganos não mostram muita disponibilidade para o emprego, como podemos verificar pelo testemunho do entrevistado (B), quando afirma que faria “Qualquer tipo de trabalho, mas é para receber o que é certo. Fazer trabalho por três e receber por um, como é o caso da fruta, tava-se a receber 30€ e fazia trabalho por três pessoas. E isso é exploração e nisso não entro.”

A comunidade cigana de Alcobaça reside maioritariamente no bairro social, como já foi referido ao longo do estudo, e existem muitas famílias que ocupam as garagens do mesmo, contando mesmo assim, como a morada de residência, onde recebem toda a correspondência e a qual utilizam em todos os documentos oficiais.

Como afirma Clavel (2004) “A maneira como são determinadas a produção do alojamento e as relações sociais urbanas contribui para tornar difícil o acesso, para algumas populações com fracos recursos, a um alojamento autónomo e decente. Todavia, o direito ao alojamento é reconhecido por lei como um direito fundamental; ter uma morada é indispensável para todos os atos da vida quotidiana: para obter documentos de identidade, para possuir os seus direitos cívicos, para procurar emprego, para exercer uma vida familiar normal, para estabelecer ou manter relações, etc.” (Clavel, 2004, p. 63)

De acordo com o mesmo autor “A exclusão consiste não somente na impossibilidade económica de escolher o seu alojamento ou qualquer outro bem de carácter simbólico que, contudo, a sociedade urbana impõe ou propõe como *norma* de integração, mas resulta também da imagem social estigmatizante de algumas categorias de população, imagem esta que é elaborada a partir de diferenças objetivas (físicas, tais como as origens étnicas, materiais, tais como o aspeto da construção ou a sua localização, sociológicas, psicológicas ou culturais) interpretadas como sinais de desvalorização social pelos outros grupos. A exclusão não se situa unicamente na *ordem económica* ou material, situa-se também na *ordem simbólica*, a das representações que os indivíduos ou os grupos fazem de si próprios e dos outros” (Clavel, 2004, p. 62).

Um dos fatores que contribui igualmente para a exclusão da etnia cigana é o facto de relativamente ao alojamento serem “remetidos” para locais à margem da comunidade dominante.

No que diz respeito à comunidade alcobacense o entrevistado (B) refere “Ah... Sempre foram pessoas com... com... como é que hei-de explicar, com medo, eles ao terem medo nunca tão à vontade, a pessoa a não tar à vontade, tá com um pé atrás e então, não, não quer dizer que não respeitem, mas têm o preconceito do cigano e o não-cigano” e reforça que devido ao facto do bairro se situar à “margem” da cidade são sempre culpabilizados pelos atos de vandalismo “De tudo, de tudo. O que for feito em Alcobça é o Bairro da Bela Vista que paga, nós é que pagamos as favas dos outros todos, enquanto que há aí mais pessoas que fazem problemas e às vezes os culpados e outras vezes não somos.”

Segundo Mendes e colaboradores (2014), “Os realojamentos são, por vezes, questionados, afirmando-se que o facto destas famílias terem sido colocadas a residir perto umas das outras, territorialmente concentrados, transformou os bairros em autênticos “guetos”, com concentrações de populações carenciadas de diferentes origens com problemas sociais e económicos de vária ordem (Guerra, 1994; Pereira et al., 2011), de um modo geral, desconectados do tecido urbano: longe do centro, sem acessibilidades, sem transportes, entre outros serviços, enfim, excluídos social e territorialmente” (Mendes et al., 2014, p.87).

A localização do bairro num dos limites da cidade é experimentada como um efetivo fator de exclusão, como afirma a entrevistada (A) “Penso que pelo facto de ser ocupado só com famílias de etnia cigana, foi desde logo um erro e um fator de exclusão. Como é que lhes podemos exigir que se tentem integrar se no momento da atribuição das casas foram “postos” todos juntos e num limite da cidade? Se virmos as 4 ou 5 famílias que vivem fora do bairro com vizinhos que não são de etnia cigana, verificamos que estão mais integrados e os próprios vizinhos não têm nada a apontar”, “A etnia cigana residente em Alcobaça, tem uma cultura muito própria e enraizada, principalmente nos mais velhos. Até agora do que me apercebo, tem havido alguns problemas pontuais (desacatos, agressões) de nível residual sobretudo com alguns jovens da etnia. No geral esta comunidade não tem causado problemas de maior”.

Ainda relativamente ao Bairro ter sido construído somente para ciganos o entrevistado (B) afirma que não foi de todo uma boa opção... “Penso só existem leis de cigano e por isso como é uma comunidade é regras de etnia cigana que mandam lá.” Refere ainda que se encontra dividido em duas opiniões sobre sentir-se bem ou não a viver em Alcobaça, afirma que “Por um lado sim e por outro não. Por um lado, sim porque é a terra onde eu gosto de viver e por outro não, porque existe muito preconceito.”, mas não hesitava em ir viver para outro local “Sim, sem dúvida.”

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS (CIGANOS)

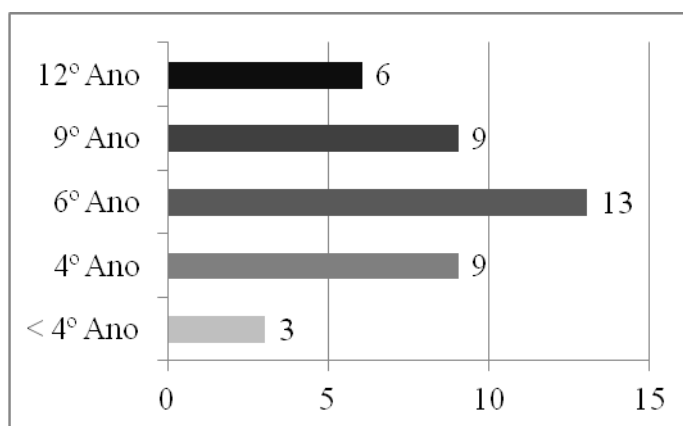
Como já foi referido, neste estudo recorreu-se predominantemente a uma metodologia de cariz quantitativo, tendo-se procedido à aplicação de questionários aos dois grupos populacionais: os ciganos e os não-ciganos. No caso dos questionários aos indivíduos de etnia cigana, o processo de inquirição decorreu entre o mês de Outubro e o mês de Novembro, em diferentes locais da cidade de Alcobça. No total, e em conformidade com o planeado inicialmente, foram aplicados 40 questionários. Nesta secção analisaremos os dados do questionário aplicado aos indivíduos de etnia (Anexo 1), deixando para a secção seguinte a análise dos dados dos questionários realizados aos indivíduos não ciganos da comunidade alcobacense (Anexo 2).

A maioria dos inquiridos são adultos jovens, com idades compreendidas entre 18 e 29 anos (26 inquiridos) e do sexo feminino (26 inquiridos).

Relativamente às habilitações literárias, nota-se uma forte concentração dos inquiridos no 6º ano de escolaridade, seguindo-se os que apresentam formações menores (4º ano de escolaridade), ou superiores (9º ano) (Gráfico I). A partir da observação realizada junto da comunidade cigana é possível afirmar que estes dados espelham, em termos genéricos, a situação escolar da comunidade cigana de Alcobça, registando-se a existência de um número significativo de jovens com percursos escolares terminados no 4º ou no 6º ano de escolaridade.

O baixo nível de qualificação escolar desta população não é compensado pela frequência de percursos formativos alternativos (cursos profissionais, por exemplo), dado que é praticamente inexistente a frequência de cursos com equivalência escolar que permitam aumentar o grau de escolaridade desta população. Alguns dos inquiridos indicaram a frequência de cursos modelares que têm permitido aumentar as competências formativas, mas que não têm correspondido ao aumento do nível de escolaridade formal dos jovens.

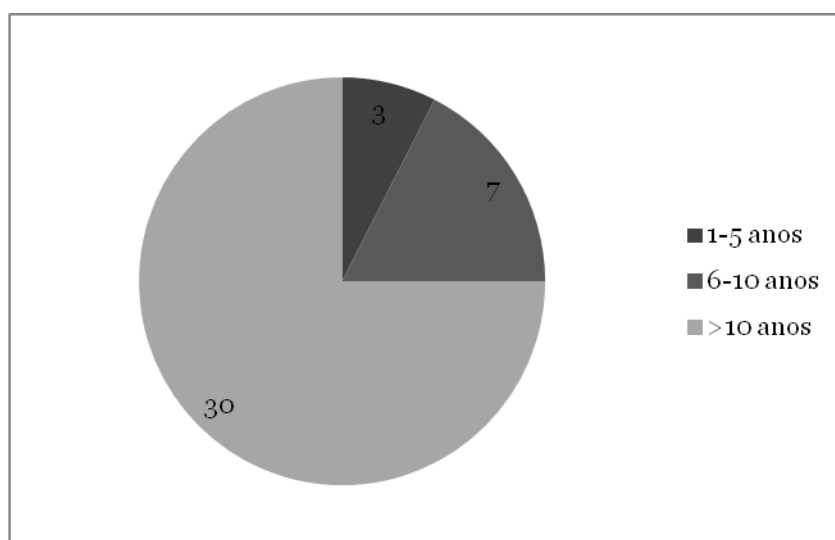
Gráfico I. Habilitações literárias dos inquiridos de etnia cigana



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos de etnia cigana residente em Alcobaça, 2015

Os elementos da comunidade cigana inquiridos residem, na sua maioria, há mais de 10 anos em Alcobaça. Os que residem há menos de 10 anos no Bairro são adultos jovens que se mudaram para o atual local de residência em resultado, sobretudo, do seu casamento com ciganos residentes em Alcobaça (Gráfico II).

Gráfico II. Tempo de residência em Alcobaça dos inquiridos de etnia cigana



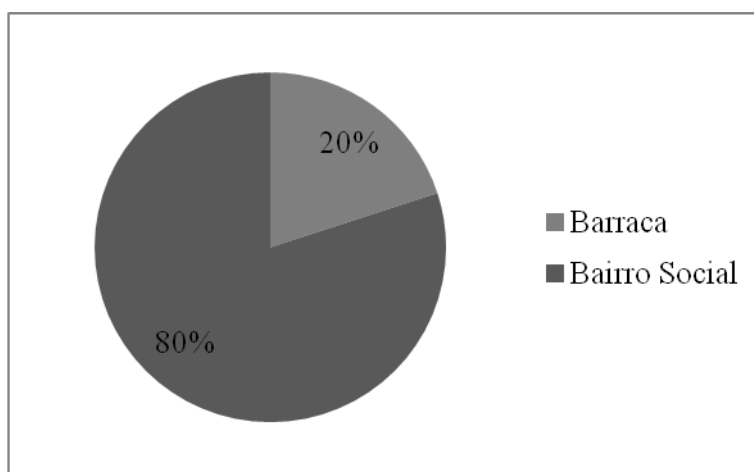
Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos de etnia cigana residente em Alcobaça, 2015

Os inquiridos residem no bairro social, pelo que é natural que o tipo de habitação em que residem não difira de forma significativa entre os inquiridos, residindo 80% em barracas ou em apartamentos cedidos pela Câmara Municipal. Os restantes 20% residem

em barracas anexas aos blocos de apartamentos (Gráfico III). Nestes casos trata-se de pessoas que residem no Bairro Social de forma irregular. Estas situações acontecem principalmente com os mais jovens, que arranjam noivo ou noiva e acabam por vir residir para o Bairro Social, fazendo então os anexos ou utilizando as garagens para reconstruir como casas. De salientar que se verifica em algumas situações a sobrelotação dos espaços em virtude da oscilação frequente no número de elementos que constituem as famílias. Quando casam, alguns filhos optam por viver em casas anexas às dos pais, ou nas garagens, que acabam por ser ilegais e de má qualidade.

A Câmara já providenciou ordens de despejo, mas sem sucesso, pois esta situação já se prolonga há anos e está completamente descontrolada.

Gráfico III. Tipo de habitação em que residem os inquiridos de etnia cigana



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos de etnia cigana residente em Alcobaça, 2015

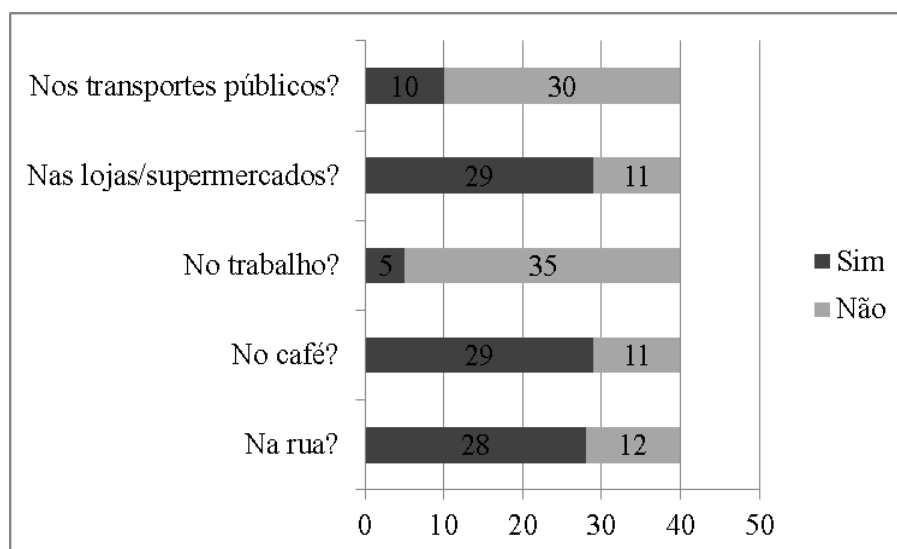
Apesar de alguns dos inquiridos viverem em barracas/garagens, é de apontar que a maioria referiu que se sentia bem a viver em Alcobaça (87%). A satisfação com o viver em Alcobaça, não obsta a que 90% dos inquiridos considere a possibilidade de escolher outro local para residirem caso tivessem oportunidade de escolher. De acordo com os inquiridos, a aparente contradição entre o sentir-se bem a viver em Alcobaça e o desejo de viver noutra local caso tivessem oportunidade de o fazer fica a dever-se a existência e perceção de situações de discriminação e ao facto de residirem num Bairro Social em que somente residem cidadãos de etnia cigana. Relativamente ao facto de ter sido construído um Bairro Social só para a comunidade cigana todos responderam que discordavam totalmente desta construção.

Referem que a distribuição dos apartamentos por outros grupos populacionais teria permitido tornar o Bairro Social mais "habitável" dado que promoveria a redução dos conflitos no interior do Bairro, um maior nível de organização e menores sentimentos de apropriação do bairro por parte dos habitantes de etnia cigana. Isto é, a exclusão de outros grupos populacionais do Bairro conduz à apropriação do território do Bairro pelos que atualmente lá residem, limitando as possibilidades de interação entre os residentes do Bairro e os que residem fora do Bairro (aspeto que é particularmente sentido pelos filhos dos residentes no Bairro que não podem conviver com os seus colegas da escola no Bairro por estes não se sentirem bem no Bairro).

Em relação à escolha do local para a construção do mesmo, 95% da população inquirida acha que não foi a melhor opção, pois referem que fica muito longe do centro da cidade e sentem-se ainda mais à parte da comunidade alcobacense. Os restantes 5% acham que foi uma boa opção.

No que diz respeito a terem sido alvos de atitudes discriminatórias por parte da comunidade alcobacense, a maioria respondeu afirmativamente (Gráfico IV). Na rua (28 inquiridos), no café (29 inquiridos) e nas lojas/supermercados (29 inquiridos). No trabalho (35 inquiridos) e nos transportes públicos (30 inquiridos) a maioria respondeu que não, nunca sentiu uma atitude discriminatória por parte da comunidade alcobacense. Estas respostas devem-se ao facto da maioria nunca ter trabalhado e de não recorrerem aos transportes públicos.

Gráfico IV. Principais locais de discriminação na cidade de Alcobaça



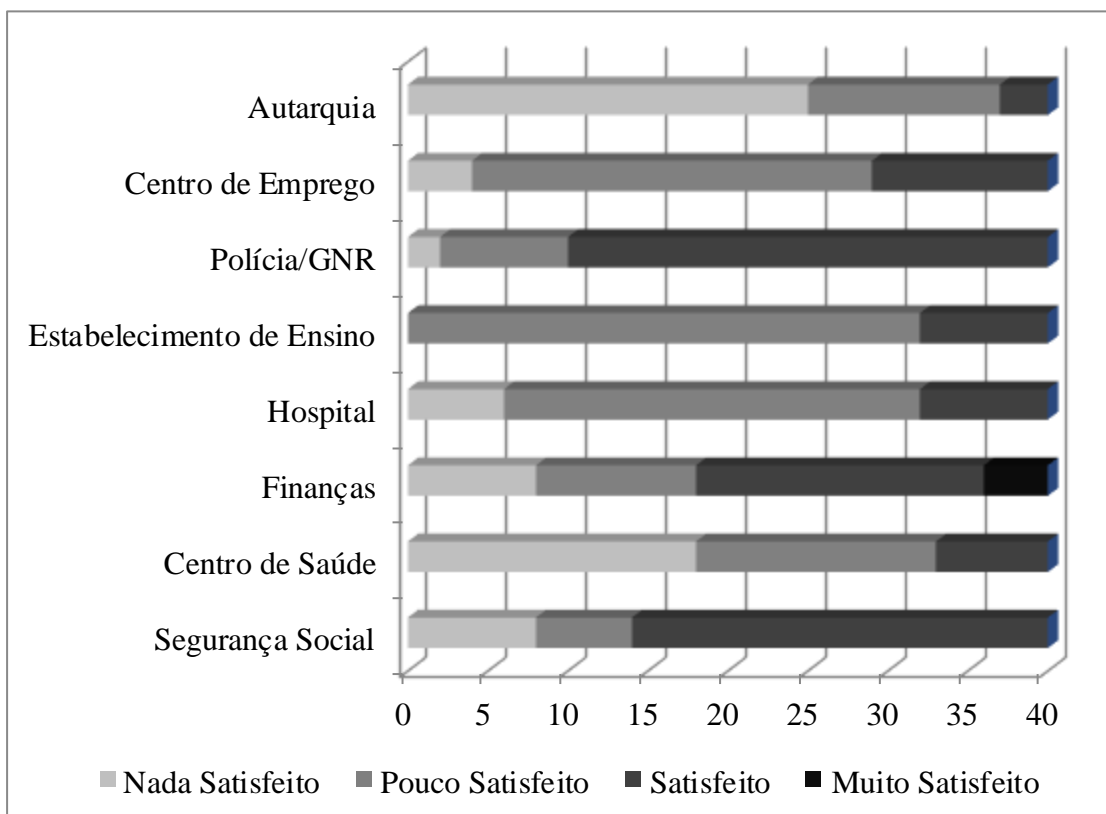
Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos de etnia cigana residente em Alcobaça, 2015

Relativamente ao ficar ou não incomodado se tivesse vizinhos não-ciganos, a grande maioria dos inquiridos respondeu que não. Resposta esta que se prende ao facto dos ciganos acharem que seria muito melhor terem vizinhos não-ciganos do que propriamente ciganos, pois como foi referido anteriormente, a maior parte não se sente bem a residir no Bairro.

Passados mais de dez anos era esperado que os inquiridos já se sentissem integrados na sociedade alcobacense, mas pelo contrário, a maioria dos inquiridos (26) ainda se sentem muito à margem da cidade em todos os aspetos, tanto a nível da zona onde residem, como no seu dia-a-dia, como já foi referido acima. No entanto, quando saem à noite, raramente se envolvem em problemas, apenas 12 dos inquiridos afirmou que já teve problemas com não-ciganos em Alcobaça e adiantam que apenas se defendem de comentários racistas.

Em relação ao grau de satisfação relativamente aos serviços públicos em Alcobaça, como a Segurança Social, o Centro de Saúde, as Finanças, o Hospital, o Estabelecimento de Ensino, a Polícia/GNR, o Centro de Emprego e a Autarquia (Gráfico V), podemos verificar que os inquiridos não se encontram nada satisfeitos com os serviços da Autarquia e os serviços de saúde. Mostram-se pouco satisfeitos com o serviço de emprego, estabelecimento de ensino e serviço hospital, referindo que nestes serviços se encontram muito tempo à espera e que muitas das vezes os seus pedidos não são atendidos, nomeadamente os pedidos de emprego, consultas, devido a questões raciais. Já com os serviços prestados pela polícia/GNR e pela segurança social referem que estão satisfeitos com os mesmos. Relativamente ao serviço das Finanças, foi o único serviço pelo qual os inquiridos se mostraram muito satisfeitos.

Gráfico V. Grau de satisfação perante os serviços públicos de Alcobaça



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos de etnia cigana residente em Alcobaça, 2015

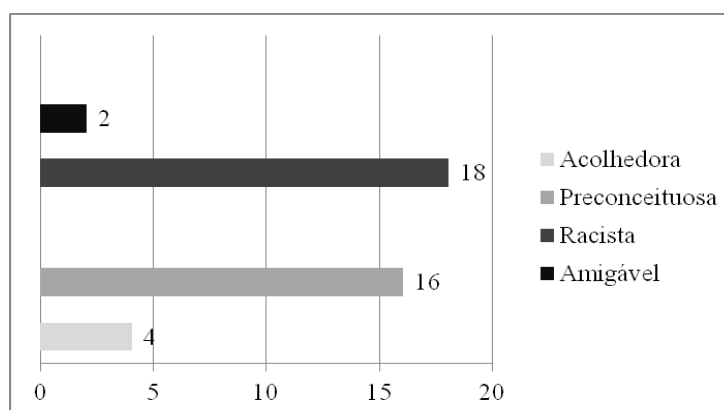
A nível do emprego 90% dos inquiridos acha que os ciganos não têm as mesmas oportunidades que os não-ciganos, apenas os restantes 10% responderam afirmativamente. Na cidade de Alcobaça poucos são os ciganos que têm um trabalho, muitos conseguem inserir-se em CEI+ (Contrato Emprego Inserção) através do RSI (Rendimento Social de Inserção). Apenas 3 dos 40 inquiridos se encontram a exercer uma atividade profissional, neste caso no sector da construção civil.

Os inquiridos referiram que é difícil encontrar trabalho, pois quando vão a entrevistas e veem que são ciganos dizem logo que a vaga já foi preenchida. Noutros casos, a indicação da morada do bairro constitui, segundo os inquiridos, justificação para não serem convocados para a entrevista ou para o emprego. Por outro lado, existem situações, como a apanha da fruta, em que frequentemente são contratados em grupo e se um tem atitudes menos próprias ficam logo todos com o mesmo rótulo e acabam por não voltarem a ser chamados.

Dos três inquiridos que responderam afirmativamente à questão anterior, dois referiram que a sua relação com os colegas de trabalho poderia ser considerada boa, apenas um

respondeu que era muito boa. Dos inquiridos que se encontram desempregados, 95% afirmaram que não aceitariam qualquer tipo de trabalho, afirmando, por exemplo, que “...se fosse a cavar buracos no cemitério, não fazia”, “...se fosse a limpar a rua não aceitava”. Estas respostas muitas das vezes estão ligadas com a cultura, o que nos dias de hoje se nota menos acentuada, mas mesmo assim interfere no dia-a-dia da comunidade cigana. A comunidade alcobacense revela-se maioritariamente preconceituosa e racista, segundo os inquiridos (Gráfico VI). Principalmente pela falta de oportunidades.

Gráfico VI. Definição da comunidade alcobacense



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos de etnia cigana residente em Alcobça, 2015

A escolarização e as qualificações da comunidade cigana, são elementos estruturantes fundamentais para a compreensão de fenómenos de pobreza e exclusão social e para a sua inclusão, nomeadamente no que se refere à sua participação no mercado de trabalho.

Diversas circunstâncias fazem desta etnia um grupo particularmente vulnerável à exclusão social. Entre outras causas destacam-se as baixas qualificações, ou, quando possuem qualificações mais elevadas são preteridos por parte das empresas que se justificam como não podendo dar trabalho a um cigano sob pena de serem confrontadas pelos seus colaboradores, ou até por outros membros da etnia.

Tendo em conta o contexto global, de um modo geral, a etnia cigana depara-se, com acrescidas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Ao aumento da competitividade, ao aumento generalizado dos níveis de qualificação e capacidades de adaptação exigidos, e a existência de níveis elevados de desemprego, contrapomos

nestes casos, níveis baixos de habilitações escolares e qualificações profissionais, autoimagens desvalorizadas, estigmatização e estatutos sociais negativos, falta de suporte familiar e comunitário. Estas pessoas estão assim, numa situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho e para as quais se terão de encontrar estratégias adequadas, para a sua integração.

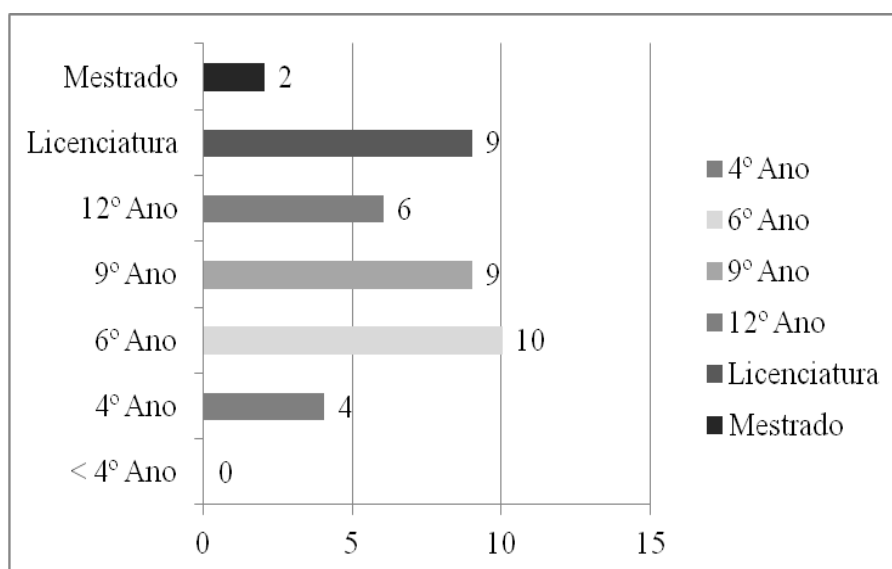
De salientar que o principal objetivo é capacitar e contribuir para o empoderamento das pessoas ciganas, devendo criar-se, vias distintas para a alcançar. Para isso é importante destacar como particularmente relevantes: a promoção da autonomia e independência na resolução dos problemas do dia-a-dia; o reforço da autoestima e da autoconfiança; a aquisição e desenvolvimento de competências profissionais e de empreendedorismo; o aumento dos níveis de escolaridade e literacia, sobretudo das mulheres; a aposta numa mudança de atitudes e valores, com a expectativa de que o trabalho desenvolvido com as mães e os pais produza os seus efeitos nos comportamentos das gerações mais jovens; o trabalho com homens e mulheres, numa perspetiva de igualdade de género e trabalho com a comunidade não cigana no sentido de se integrar a comunidade cigana nas diferentes atividades e projetos.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS (NÃO CIGANOS)

Os inquiridos para este estudo foram selecionados de forma aleatória, no entanto alguns têm um contato mais próximo da comunidade cigana e por consequência conhecem-na melhor. A maioria dos inquiridos são adultos, com idades compreendidas entre 30 e 39 anos (14) e do sexo feminino (26).

Relativamente às habilitações literárias nota-se uma maior concentração dos inquiridos no 6º ano de escolaridade (10), seguindo-se os que apresentam formações no 9º ano de escolaridade (9) e Licenciatura (9), logo de seguida o 12º ano de escolaridade (6), o 4º ano (4) e ainda o Mestrado (2) (Gráfico VII).

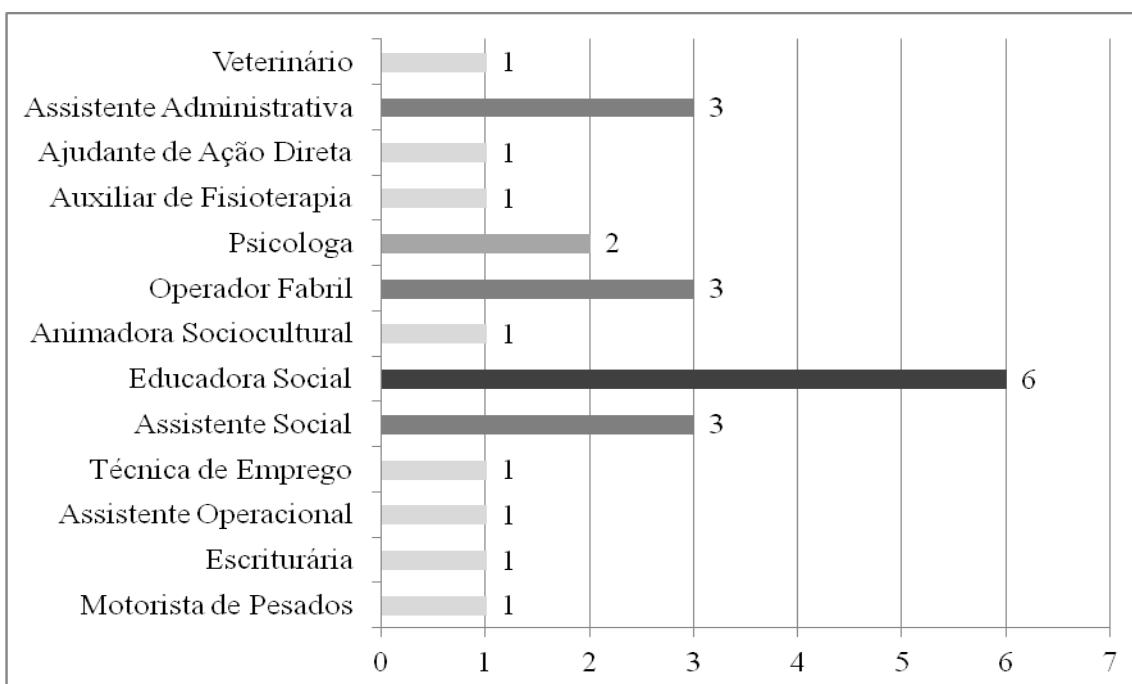
Gráfico VII. Habilitações literárias dos inquiridos da comunidade alcobacense



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

A nível do emprego apenas 38% dos inquiridos se encontram desempregados, os restantes 62% encontra-se a trabalhar (Gráfico VIII).

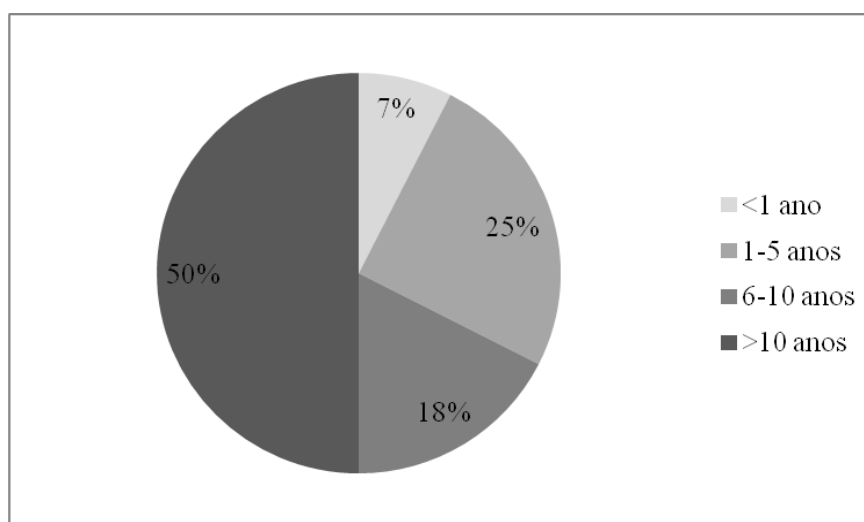
Gráfico VIII. Profissão dos inquiridos



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

Os elementos da comunidade alcobacense inquiridos residem, na sua maioria (50%), há mais de 10 anos em Alcobaça (Gráfico IX).

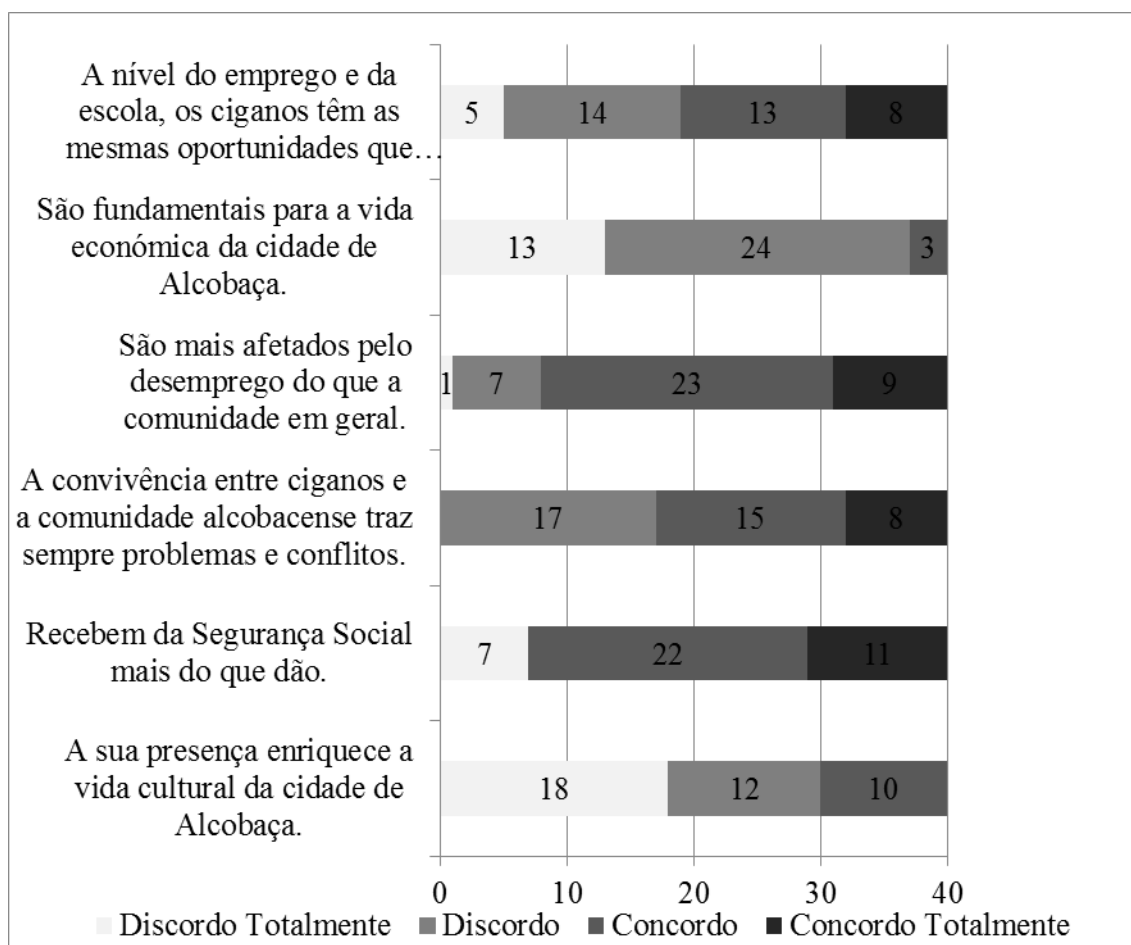
Gráfico IX. Tempo de residência em Alcobaça dos inquiridos da comunidade



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

Os inquiridos da comunidade alcobacense foram abordados com diversas afirmações referentes aos ciganos, das quais concordaram ou discordaram. No que diz respeito às oportunidades serem semelhantes para ciganos e não ciganos ao nível do emprego e da escola, a maioria dos inquiridos (14) discorda. No que toca à etnia cigana ser fundamental para a vida económica da cidade de Alcobaça, a maior parte (30) discorda. A maioria dos inquiridos (23) concorda que os ciganos são mais afetados pelo desemprego do que a comunidade em geral. Em relação à convivência entre os ciganos e a comunidade alcobacense trazer sempre problemas e conflitos, 17 dos inquiridos discordam. Relativamente ao receberem da Segurança Social mais do que dão, a maioria dos inquiridos (22) concordam. Por último, os inquiridos discordam totalmente que a presença da etnia cigana não enriquece a vida cultural da cidade de Alcobaça (Gráfico X).

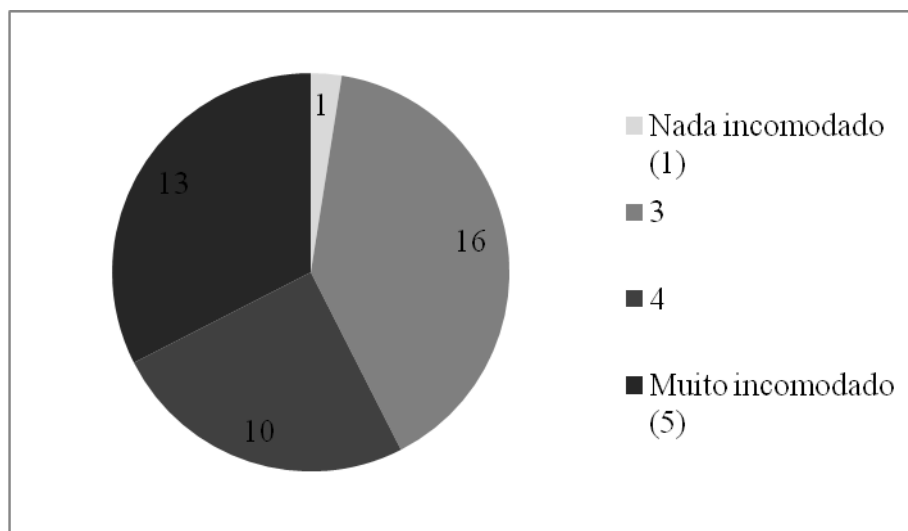
Gráfico X. Grau de concordância da comunidade alcobacense perante os ciganos



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

Tendo em conta o relacionamento entre a comunidade alcobacense e os ciganos, 40% dos inquiridos refere-o como sendo mau. Relativamente à escola, 63% dos inquiridos não colocaria os seus filhos numa escola onde a maioria fosse de etnia cigana e referiram que não se sentiriam muito incomodados (16 inquiridos) se um filho se casasse com um cigano (Gráfico XI).

Gráfico XI. Nível de incómodo num casamento entre ciganos e não ciganos



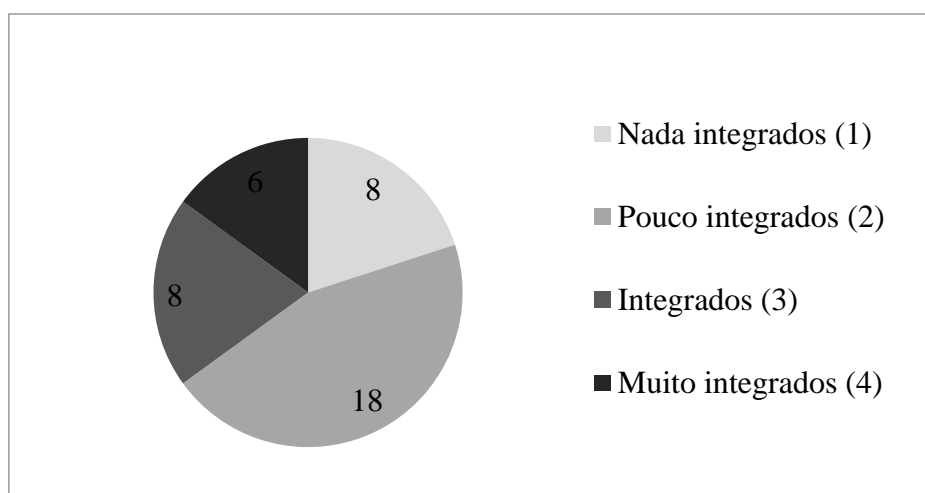
Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

Apesar de alguns dos inquiridos terem vizinhos de etnia cigana e nunca terem tido nenhum tipo de problemas, a maioria ainda recusava residir num bairro/área onde os residentes fossem maioritariamente ciganos. Por outro lado, a grande maioria discorda totalmente com o facto de ter sido construído um bairro social só para a comunidade cigana e referem ainda que o local não foi de todo a melhor opção.

Os realojamentos são, por vezes, questionados, afirmando-se que o facto de estas famílias terem sido colocadas a residir perto umas das outras, territorialmente concentrados, transformou o bairro num autêntico “gueto”, contribuindo para que se sintam excluídos social e territorialmente.

A integração dos ciganos na comunidade alcobacense ainda é um assunto para grande debate, na medida em que existem várias opiniões a esse respeito, no entanto a maioria ainda acha que estão pouco integrados (Gráfico XII).

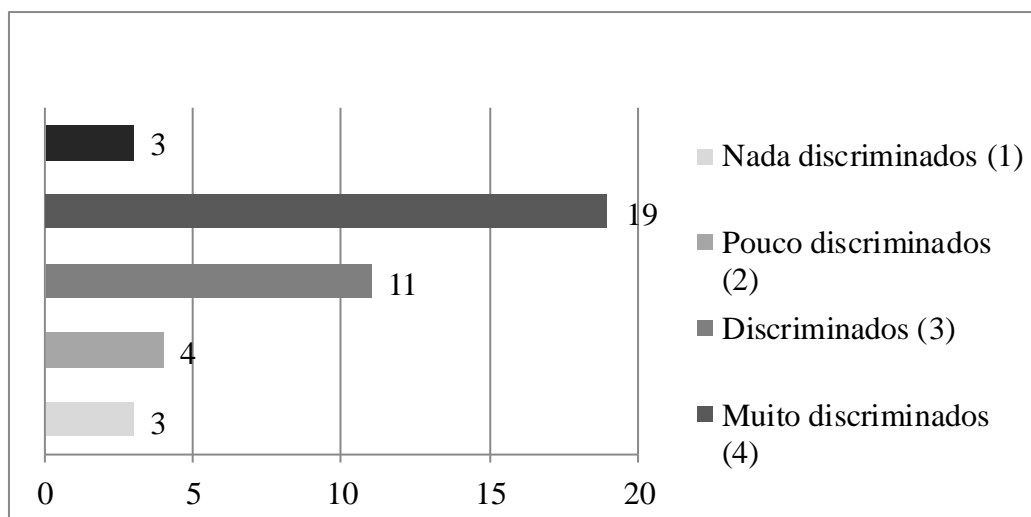
Gráfico XII. A integração dos ciganos na sociedade alcobacense



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

Relativamente à discriminação dos ciganos por parte da comunidade alcobacense os inquiridos (19) acham que ainda existe muita discriminação (Gráfico XIII), principalmente a nível do emprego e oportunidades nessa área.

Gráfico XIII. Discriminação dos ciganos pela comunidade alcobacense



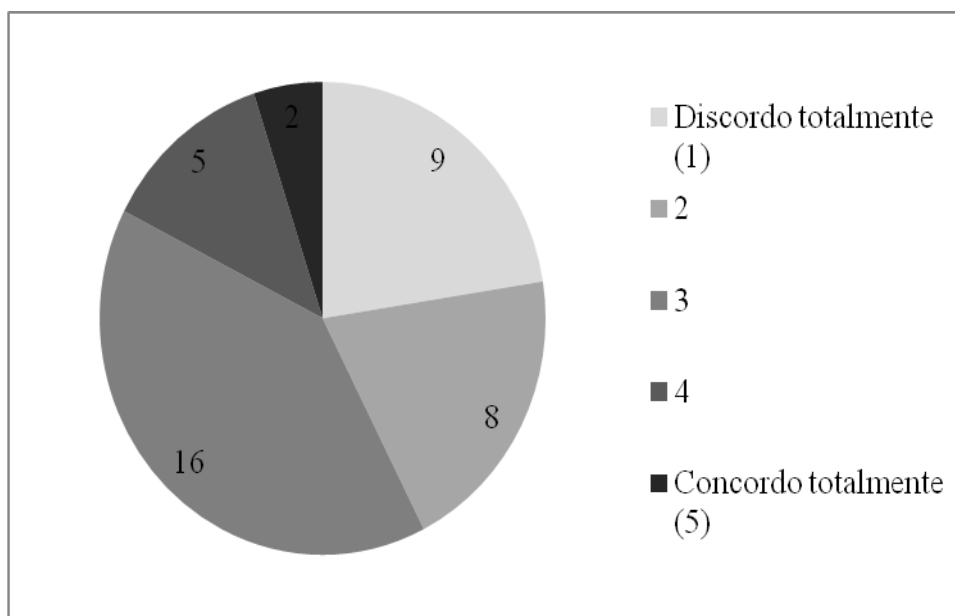
Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

A nível de possíveis conflitos entre os inquiridos e os ciganos de Alcobaça, 45% já teve conflitos e os restantes 55% nunca tiveram conflitos com indivíduos da comunidade

cigana. No entanto, a maioria dos inquiridos (60%) refere que tem medo/receio da comunidade cigana residente em Alcobaça.

No que diz respeito à cultura cigana poder influenciar o dia-a-dia da comunidade alcobacense, a maior parte dos inquiridos concorda (Gráfico XIV).

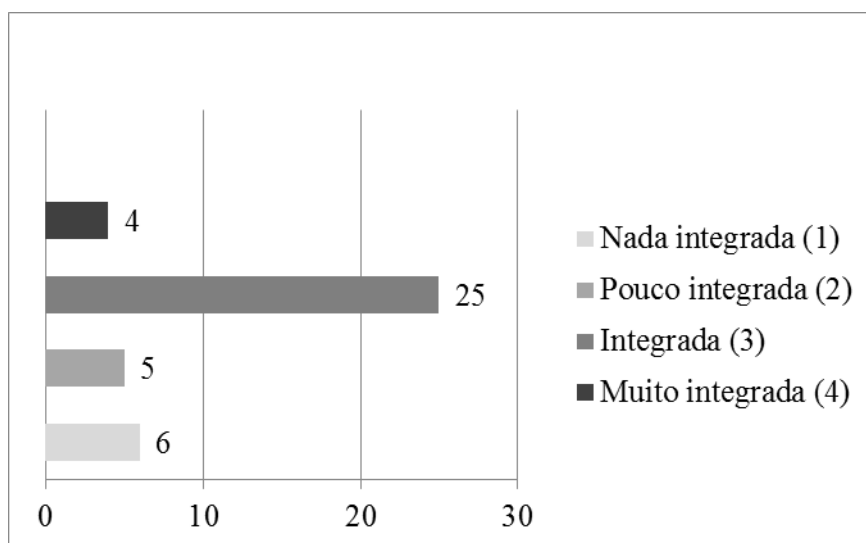
Gráfico XIV. Grau de influência da cultura cigana no dia-a-dia da comunidade alcobacense



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

A comunidade alcobacense daqui a 10 anos vê a comunidade cigana minimamente integrada (Gráfico XV), mencionaram que vai continuar como está, vão continuar sempre de parte, sem serem aceites a nível de trabalho e a receberem da Segurança Social.

Gráfico XV. A integração da comunidade cigana daqui a 10 anos



Fonte: Inquérito aplicado a indivíduos da comunidade alcobacense, 2015

De salientar, que quase todos os inquiridos manifestaram a importância de capacitar e contribuir para o desenvolvimento dos ciganos, destacando a promoção da autonomia e independência na resolução dos problemas do dia-a-dia; reforço da autoestima e da autoconfiança; aquisição e desenvolvimento de competências profissionais e de empreendedorismo; aumento dos níveis de escolaridade, sobretudo das mulheres; aposta numa mudança de atitudes e valores, com a expectativa de que o trabalho desenvolvido com as mães e os pais produza os seus efeitos nos comportamentos das gerações mais jovens; trabalho com homens e mulheres, numa perspetiva de igualdade de género e trabalho com a comunidade não cigana.

Os inquiridos têm pontos de vista diferentes quanto às dificuldades e facilidades de “integração” dos ciganos. A sua opinião sobre a comunidade cigana relativamente à sua influência na cidade de Alcobça varia, verificam-se, ainda, algumas discrepâncias em termos de discursos sobre a comunidade cigana relativamente às dificuldades na sua total integração em termos de habitação e emprego, algo que poderá impedir a integração em outras áreas.

A opinião dos inquiridos não ciganos sobre a integração dos ciganos é, em geral, negativa ainda que ressalvem algumas áreas nas quais o caminho que tem vindo a ser percorrido permita vislumbrar sinais positivos, como sejam a saúde, a habitação ou a escolarização, mas não deixam de salientar pela negativa as questões centrais do

emprego e, mais transversalmente, do preconceito, como impeditivas da integração e da participação plena das pessoas ciganas nas várias esferas da vida social.

Relativamente a questões mais pessoais, nomeadamente sobre a convivência dos filhos nas escolas com os ciganos ou até mesmo o casamento é assunto tabu, fugindo ao assunto, deixando transparecer que se sentem incomodados com uma eventual situação.

CONCLUSÕES

Com a realização deste estudo ficamos a conhecer um pouco mais da comunidade cigana de Alcobaça, as suas tradições e o modo como elas podem “colidir” com a cultura dominante. Torna-se evidente que, para uma melhor inclusão da comunidade cigana na nossa sociedade, esta terá que ser alvo de aculturação. Por outro lado, a própria sociedade deve adequar o seu campo de atuação, tendo por base o relativismo cultural, sensibilizando os cidadãos em geral para a multiculturalidade, presente nos nossos dias.

Não nos podemos esquecer que somos todos iguais, simplesmente nos regemos por códigos culturais diferentes. Não nos podemos limitar a aceitar, temos que conhecer e compreender o “outro”, partilhando as diferentes experiências. A verdade é que a comunidade cigana, na nossa sociedade, é o “outro”, e nós, ao visitarmos a comunidade, apesar de bem acolhidos, somos o “outro”.

Continua a predominar, no senso comum, a ideia de que os ciganos são nómadas. No entanto, a realidade atual nada tem a ver com a imagem lírica da família cigana. A História, naturalmente, se encarregou de os encostar á berma.

Este estudo pretende dar a conhecer uma realidade cultural, que se caracteriza pela diferença, que tem leis próprias, forjadas num passado longínquo. No entanto, para que possam ser aceites pela cultura dominante, tendem cada vez mais, a ajustar os seus costumes e hábitos (temos como exemplo, o batismo das crianças, a ida da mulher à escola, entre outros), sem que se verifique, a perda da sua identidade cultural.

Numa sociedade em constante mutação, onde existe uma mistura de culturas que facilita a multiculturalidade e promove as relações de poder, geram-se conflitos sociais e raciais que levam à crescente discriminação. Muitas vezes, a delimitação da diferença não é mais do que uma estratégia política, já que só se podem criar medidas sociais específicas para grupos devidamente identificados.

Para melhorar as condições de vida das pessoas ciganas seria necessário desenvolver um trabalho em rede mais sistematizado e estruturado com as famílias e pessoas ciganas, bem como, uma mais ampla e eficaz divulgação das referências e do reportório cultural destas pessoas junto de instituições e da população em geral.

É preciso salientar que a comunidade tem vindo a receber interinfluências da população e cultura maioritárias e a verdade é que há já vários indicadores de aproximação entre as culturas: desde a forma de vestir, as expectativas de algumas mães ciganas face à educação dos filhos. Esta aproximação, contudo, não significa a submissão à cultura dominante. A etnia cigana procura perpetuar os seus valores, práticas e modos de vida readaptando-se, estrategicamente, ao meio em que está inserida.

Verifica-se um processo de aculturação em curso, visível nomeadamente ao nível habitacional, nas relações de vizinhança, nas relações com a escola e com a instituição de saúde. Mas mantém-se a afirmação da identidade cigana que, neste trabalho, aparece sobretudo ligada à endogamia mesmo no próprio interior da etnia cigana.

Numa sociedade virada para o trabalho e para o consumo, a etnia cigana vai sofrendo mudanças nos seus valores e estilos de vida, aumentam o desfasamento entre as suas necessidades e aspirações e as possibilidades reais de integração. De uma forma geral, os ciganos encontram-se divididos entre a necessidade de integração numa sociedade pouco tolerante perante a diferença e o desejo de preservação da sua identidade e autonomia étnica.

O realojamento no bairro permitiu a reunião de condições para que, pela primeira vez, algumas crianças e jovens frequentassem a escola. Por parte de algumas famílias com crianças ou jovens a escolarizar-se há um interesse acentuado e sentido de responsabilidade para assegurar a frequência das aulas. Interesse este também muito utilitário, relacionado com o saber ler e escrever para poder tirar a carta de condução, sobretudo os rapazes.

Se por um lado, se pode perceber que desejam uma integração na sociedade dominante, ao nível da habitação, das relações de vizinhança, da escola, das estruturas de saúde, de alguns aspetos culturais, por outro lado, aspiram a continuar um modo de vida mais independente que lhes permita serem donos do seu destino, nomeadamente como nas atividades ocupacionais que gostariam de desenvolver, mas que caíram em desuso. Não mostram uma grande confiança no futuro apesar de reconhecerem que as condições de vida melhoraram quando comparadas com o passado. A vida agora também não é fácil e encaram o futuro com reservas.

Atualmente as atitudes de intolerância e racismo convivem numa sociedade que apela ao respeito pela diferença e pela diversidade cultural. Apesar da história do mundo conhecer desde sempre a repressão, a perseguição de quem é visto como diferente, é necessário encarar com desafio para o futuro, a aceitação que não devemos ser todos iguais pois precisamos da diversidade, do pluralismo e de saber viver com a diferença.

O que é bem visto e aceite pela sociedade moderna passa por frequentar a escola, ter uma casa própria, um emprego assalariado, ter uma vida sedentária e desenvolver a partilha de valores que nada têm que ver com as tradições e costumes ciganos. Portanto, as condutas “anti modernas” que regem o quotidiano da comunidade cigana, são condenáveis pela cultura dominante gerando tensão intercultural. Na verdade, as questões culturais levam a população majoritária a excluir a população cigana, tendo perante esta uma atitude de afastamento e de intolerância para com alguns aspetos do seu modo de vida.

Os preconceitos são visíveis e revelam-se na recusa de aproximação e pouca envolvimento por parte da comunidade dominante em relação à comunidade cigana. Além disso, à população cigana, sendo percebida como diferente da maioria, não lhe é dado qualquer lugar na sociedade. Em vez disso, é mesmo marginalizada, excluída. A frase “Eu não tenho nada contra eles, mas não quero nada com eles!” é ilustrativa desta noção de afastamento.

Normalmente a comunidade cigana é vista com desconfiança e desperta uma sensação de insegurança e de receio na população em geral. De qualquer forma, nem todos os ciganos são delinquentes, nem o problema da delinquência se resolve com insinuações preconceituosas. É necessário tomar medidas sociais urgentes para que se resolva esta questão de abusiva extrapolação do particular para o geral, o facto de um cigano usufruir de apoios sociais, não torna todos os ciganos beneficiários de subsídios.

Para concluir é importante termos a consciência de que, numa perspetiva teórica devem ser praticados conceitos como aculturação, assimilação, cultura, integração, inclusão, exclusão, entre outras, bem como toda a base teórica transmitida nas aulas. No entanto, verifica-se que a cultura dominante continua a impor as suas normas, assim como as minorias étnicas, tendem a não se ajustar às normas que as levariam à sua inclusão.

A falta de emprego gera insegurança, associa-se à perda de autonomia económica, diminuição de laços sociais e familiares e alterações ao nível da personalidade e das capacidades não apenas profissionais, mas também pessoais e sociais. Cabe aos técnicos e profissionais intervir de forma positiva, no sentido de definir e pôr em prática estratégias para alterar as situações menos favoráveis.

O desafio de aplicar os princípios da responsabilidade social e de garantir uma verdadeira segurança dos percursos profissionais associada ao direito à formação, ao emprego, à educação e habitação condigna, será parte aos desafios da globalização. Assim, a responsabilidade social deverá passar pela preocupação com as pessoas, que permita a prevenção de incertezas, sensibilização da sociedade em geral, as empresas e organizações em particular.

BIBLIOGRAFIA

- AIRES, S., (2004), “*A Escola ainda é Alheia e Adversa à Cultura Cigana*”, retirado em <http://www.apagina.pt/arquivo/artigo.asp?ID=2968>
- ANTUNES, J., (2004) “*O povo Cigano – Olhares que se Confrontam*”, em <http://www.sosracismo.pt>
- ANTUNES, J e Oliveira, M., (2001), “*História e Cultura Cigana, Contribuições para o seu conhecimento*”, in *Sastipen Ta Li Saúde e Liberdade, Ciganos – Números, Abordagens e Realidades*, Lisboa: S.O.S. Racismo
- BRUTO DA COSTA, Alfredo (2002) “*Exclusões Sociais*”, in *cadernos democráticos, Coleção Fundação Mário Soares, Edição Gradiva*
- CASA-NOVA, Maria José (2006) “*A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional*”, in *Revista – Journal Interações*
- CASA-NOVA, Maria José (2009) “*A mediação intercultural e a construção de diálogos entre diferentes: notas soltas para reflexão*”, in Ana Maria Costa silva & Maria Alfredo Moreira (Orgs.) *Actas do Seminário Mediação Socioeducativa: contextos e Actores*, 61-68. Edição em CD ROM.
- CASA-NOVA, Maria José (2013) “*Os ciganos é que não querem integrar-se?*” in José Soeiro, Miguel Cardina & Nuno Serra (Orgs.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta da China, 213-222.
- COELHO, Adolfo (1995) “*Os Ciganos em Portugal*” Lisboa. Dom Quixote
- CUCHE, Dennys (2002) “*A noção de cultura nas Ciências Sociais*”, 2. Ed. Bauru: EDUSC, 2002
- CLAVEL, Gilbert (2004) “*A Sociedade da Exclusão compreendê-la para dela sair*”, Coleção Educação e Trabalho Social, Porto Editora
- INTITUTO NACIONAL DE EESTATÍSTICAS (INE) CENSOS 2011, disponível em <https://www.ine.pt/>, consultado a 12 de Setembro de 2015
- LIÉGEOIS, Jean-Pierre. (1989). *Ciganos e Itinerantes*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.

- MARQUES, A. S. (2005), *“O trabalho e o acesso ao rendimento entre os ciganos. Virtualidades e limitações das leituras da noção de exclusão social na compreensão da situação dos ciganos”*, Cidades, Comunidades e Territórios
- MARSHALL, Thomas Humfrey (1967) *“Cidadania, Classe Social e Status”*, (Rio de Janeiro) Edições Zahar
- MENDES, M., Magano, O., Candeias, P. (2014), *“Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas”*, Edição Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP)
- MORENO, F., (2004), *“A escola tem de Estar Preparada para ir ao Encontro das Normas Culturais das Crianças Cigana”*, em <http://www.apagina.pt>
- NUNES, Olímpio (1996), *“O Povo Cigano”*, Edição do autor
- RAMOS, M. C. P., (2003), *“Acção social na Área do Emprego e da Formação Profissional”*, Lisboa, Universidade Aberta
- RODRIGUES, David (2003), *“Perspetivas sobre Inclusão, da Educação à Sociedade”*, Porto Editora
- SILVA, M. L. E., (2003), *“O Sentir Cigano no Ensino Recorrente da Escola e Trabalho ao Bem-Estar Subjectivo”*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra
- SILVA, Pedro (2003) *“Escola – Família, uma relação Armadilhada, Interculturalidade e Relações de Poder”*, Biblioteca das Ciências do Homem, Ciências da Educação, Edições Afrontamento
- SILVA, Pedro (2014) *“Escolas, Meios Populares e Mediação Sociocultural”* in Marcelo Baumann Burgos (Coord.), *A Escola e o Mundo do Aluno: Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola*, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 403-449. ISBN: 9788576173823.
- SILVA, Pedro e Stoer, Stephen (2005) *“Do Pai Colaborador ao Pai Parceiro - A Reconfiguração de Uma Relação”*, in Stephen Stoer e Pedro Silva (Orgs.) *Escola-Família, Uma Relação em Processo de Reconfiguração*, Porto: Porto Editora, 13-28. ISBN: 972-0-34171-8
- UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOBAÇA E VESTIARIA, disponível em <http://www.jf-alcobacaevestiararia.pt/>, consultado a 24 de Outubro de 2015
- VICENTE, M.J., (2005) *“A situação dos Rom’s na União Europeia Alargada”* (pp. 19 e 20), in Rediteia nº 35 *Comunidade Ciganas*, Porto, REAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza
- VIEIRA, Ana (2013) *“Educação Social e Mediação Sociocultural”*, Profedições

- VIEIRA, R., Margarido, C., Mendes, M. (Orgs) (2009) *“Diferenças, Desigualdades, Exclusões e Inclusões*, Edições Afrontamento, Porto
- VIEIRA, R., (2011) *“Educação e Diversidade Cultural, Notas de antropologia da educação”*, Edições Afrontamento, Porto
- XIBERRAS, Martine (1993) *“As Teorias da Exclusão Social”*, Instituto Piaget
- FILORBIS, disponível em <http://www.filorbis.pt/>, consultado a 23 de Janeiro de 2016

ANEXOS

ANEXO 1

A Integração da Etnia Cigana na Cidade de Alcobaça (Ciganos)

O presente questionário insere-se no âmbito do Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria. Tem como objetivo perceber a que nível a etnia cigana se encontra integrada na comunidade alcobacense. Agradecemos desde já o seu contributo indispensável para este estudo, e como é habitual, garantimos o anonimato e confidencialidade das suas respostas.

1.Idade

- 18-29
- 30-39
- 40-49
- 50-59
- >60

2.Sexo

- Feminino
- Masculino

3.Habilitações Literárias

- Inferior ao 4º Ano
- 4º Ano
- 6º Ano
- 9º Ano
- 12º Ano

4.Há quanto tempo reside na cidade de Alcobaça?

- < 1 ano
- 1-5 anos
- 6-10 anos
- > 10 anos

5.Qual o tipo de habitação onde reside?

- Barraca
- Bairro Social
- Apartamento
- Vivenda
- Outra:

6.Sente-se bem a viver em Alcobaça?

- Sim
- Não

7.Se tivesse oportunidade escolheria outro sítio para viver?

- Sim
- Não

8.Concorda com o facto de ter sido construído um Bairro Social só para a comunidade cigana?

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

9.Acha que o local escolhido para a construção do Bairro Social foi a melhor opção?

- Sim
- Não

10.Alguma vez sentiu uma atitude discriminatória por parte da comunidade alcobacense?

	Sim	Não
Na rua?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
No café?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
No trabalho?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nas lojas/supermercados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nos transportes públicos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Ficaria incomodado (a) se tivesse vizinhos não-ciganos?

- Sim
 Não

12. Sente-se integrado na sociedade de Alcobaça?

- Sim
 Não

13. Alguma vez teve problemas com não-ciganos em Alcobaça?

- Sim
 Não

14. Indique o grau de satisfação relativamente aos serviços públicos em Alcobaça:

	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Extremamente satisfeito
Segurança Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Finanças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Hospital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelecimento de Ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Polícia/GNR	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Extremamente satisfeito
Autarquia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. A nível do emprego, acha que os ciganos têm as mesmas oportunidades que os não-ciganos?

- Sim
- Não

16. Exerce alguma atividade profissional?

- Sim
- Não

17. Se sim, como define a sua relação com os colegas de trabalho?

	1	2	3	4	5	
Má	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

18. Se não, aceitaria qualquer tipo de trabalho?

- Sim
- Não

19. Como define a comunidade alcobacense?

(Resposta múltipla)

- Acolhedora
- Preconceituosa
- Acessível
- Racista
- Amigável
- Outra:

Obrigado pela sua colaboração.

ANEXO 2

A Integração da Etnia Cigana na Cidade de Alcobaça (Não-Ciganos)

O presente questionário insere-se no âmbito do Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria. Tem como objetivo perceber a que nível a etnia cigana se encontra integrada na comunidade alcobacense. Agradecemos desde já o seu contributo indispensável para este estudo, e como é habitual, garantimos o anonimato e confidencialidade das suas respostas.

1.Idade

- 18-29
- 30-39
- 40-49
- 50-59
- >60

2.Sexo

- Feminino
- Masculino

3.Habilitações Literárias

- Inferior ao 4º Ano
- 4º Ano
- 6º Ano
- 9º Ano
- 12º Ano
- Licenciatura
- Outra:

4.Situação Profissional

- Estudante
- Empregado
- Desempregado
- Outra:

5.Profissão

6.Há quanto tempo reside na cidade de Alcobaça?

- < 1 ano
- 1-5 anos
- 6-10 anos
- >10 anos

7.Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações acerca dos ciganos em geral?

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
A sua presença enriquece a vida cultural da cidade de Alcobaça.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recebem da Segurança Social mais do que dão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A convivência entre ciganos e a comunidade alcobacense traz sempre problemas e conflitos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São mais afetados pelo desemprego do que a comunidade em geral.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São fundamentais para a vida económica da cidade de Alcobaça.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nível do emprego e da escola, os ciganos têm as mesmas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
oportunidades que os não-ciganos.				

8. Como descreveria o relacionamento entre a comunidade alcobacense e os ciganos?

	1	2	3	4	5	
Muito mau	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito bom

9. Colocaria os seus filhos numa escola onde os filhos de ciganos fossem maioria?

- Sim
- Não

10. Como se sentiria se um filho seu casasse com um cigano?

	1	2	3	4	5	
Nada incomodado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito incomodado

11. Aceitaria residir num bairro/área em que residissem maioritariamente famílias ciganas?

- Sim
- Não

12. Concorda com o facto de ter sido construído um Bairro Social só para a comunidade cigana?

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

13. Acha que o local escolhido para a construção do Bairro Social foi a melhor opção?

- Sim
- Não

14. Como avalia a integração dos ciganos na sociedade alcobacense?

1 2 3 4 5

Nada integrados Totalmente integrados

15. Os ciganos são discriminados pela comunidade alcobacense?

1 2 3 4 5

Pouco discriminados Muito discriminados

16. Alguma vez teve conflitos com ciganos de Alcobaça?

- Sim
 Não

17. Tem medo/receio da comunidade cigana de Alcobaça?

- Sim
 Não

18. Concorda que a cultura cigana poderá influenciar o dia-a-dia da comunidade alcobacense?

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

19. Como vê a comunidade cigana daqui a 10 anos?

1 2 3 4 5

Pouco integrada Muito integrada

Obrigado pela sua colaboração.

Entrevista A – Anabela Oliveira (Técnica de Emprego)

V: Boa tarde, o meu nome é Vânia, sou aluna do Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social do IPL de Leiria, e esta entrevista vai fazer parte da minha dissertação final. Queria pedir-lhe para fazer uma breve apresentação, nome, idade, profissão...

A: Anabela Oliveira- 49 anos – Técnica de Emprego

V: Há quanto tempo reside em Alcobaça?

A: Desde Sempre.

V: Como é que caracteriza a etnia cigana em Alcobaça, a nível cultural, problemas que possam gerar, desemprego?

A: A etnia cigana residente em Alcobaça, tem uma cultura muito própria e enraizada, principalmente nos mais velhos. Até agora do que me apercebo, tem havido alguns problemas pontuais (desacatos, agressões) de nível residual sobretudo com alguns jovens da etnia. No geral esta comunidade não tem causado problemas de maior.

A nível do desemprego verifica-se que quase a totalidade da comunidade se encontra nesta situação, exceptuando um número muito reduzido que se encontra integrados no âmbito de medidas de inserção (CEI+ (Contrato Emprego Inserção)) destinadas a beneficiários de RSI (Rendimento social de Inserção). Relativamente à etnia cigana, embora os mais jovens já se encontrem mais receptivos, deparo-me muitas vezes com situações de recusa, tanto por parte dos utentes, que alegam questões de cultura e crenças, como por parte das empresas que se justificam como não podendo dar trabalho a um cigano sob pena de serem confrontadas pelos seus colaboradores, ou até por outros membros da etnia.

Existe como que um “divórcio” entre as empresas e o papel social. É certo que todas as empresas visam o lucro e o bem-estar económico, sendo muito poucas aquelas que estão receptivas a acolher membros de etnia que se encontram à partida estigmatizadas.

Sinto alguma “revolta” quando estas entidades nem sequer se mostram disponíveis para dar uma oportunidade a estas pessoas, que tem maior dificuldade de integração, tanto a nível social como profissional.

Outros aspectos que dificultam a integração no mercado de trabalho são, nitidamente, a baixa escolaridade e a não qualificação profissional.

V: E o relacionamento entre a comunidade alcobacense e os ciganos, na sua opinião como acha que se pode definir?

A: Ainda existe por parte de alguns alcobacenses uma postura de racismo para com a comunidade cigana. Não vêem com bons olhos o facto de estes não trabalharem e terem regalias, como o RSI ou habitação social.

V: Em relação à escola, poria o seu filho numa escola onde a maioria fosse da etnia cigana?

A: Sim. O ideal seria crianças de culturas diferentes poderem partilhar experiências de forma a conviverem e compreenderem melhor “o outro” mas penso que neste aspecto ainda existe muito trabalho a ser feito e, na minha opinião os professores, educadores e auxiliares têm um papel fundamental.

V: Agora entrando numa questão que se pode considerar mais íntima. Se o seu filho ou filha namorasse com um cigano e decidissem casar, aceitaria essa situação?

A: Respeitaria a decisão. (risos)

V: Aceitaria residir num bairro ou num sítio onde os vizinhos ciganos fossem maioria?

A: Sim.

V: A construção do Bairro aqui em Alcobaça, acha que foi uma boa opção ocupá-lo só com a etnia cigana ou seria melhor haver uma mistura, por assim dizer, de culturas, etnias?

A: Penso que pelo facto de ser ocupado só com famílias de etnia cigana, foi desde logo um erro e um factor de exclusão. Como é que lhes podemos exigir que se tentem integrar se no momento da atribuição das casas foram “postos” todos juntos e num limite da cidade? Se virmos as 4 ou 5 famílias que vivem fora do bairro com vizinhos que não são de etnia cigana, verificamos que estão mais integrados e os próprios vizinhos não têm nada a apontar.

V: E o local considera que foi bem escolhido?

A: Não.

V: Porquê?

A: Com já referi antes, o facto de ser num dos limites da cidade foi um factor de exclusão, logo acho que não foi bem escolhido.

V: A nível da integração da etnia cigana em Alcobaça, como se pode definir? Acha que estão integrados, não estão?

A: Acho que a maior parte não está nem se sente integrada. Ainda existe um longo caminho a percorrer.

V: E discriminação? Na sua opinião existe discriminação da comunidade alcobacense para com os ciganos?

A: Sim, ainda existe alguma discriminação, principalmente no que toca às oportunidades de trabalho e na frequência de espaços públicos.

V: E em relação à cultura cigana? Será que influencia em alguma coisa o dia-a-dia da população no geral? Ou não interfere em nada?

A: A etnia é olhada um pouco “de lado” face a algumas posturas relativas à sua cultura.

V: Como vê a comunidade cigana daqui a 10 anos? A nível de integração?

A: Espero, pelo bem da sociedade em geral, que tanto a comunidade cigana como a população em geral façam todos os esforços para que haja uma integração plena a todos os níveis. Nota-se já a nível das camadas mais jovens uma vontade de ser aceite e aceitar.

V: Muito obrigada pela sua colaboração.

ANEXO 4

Entrevista B – Celso Cesteiro (Vendedor Ambulante)

V: Boa tarde, o meu nome é Vânia, sou aluna do Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social do IPL de Leiria, e esta entrevista vai fazer parte da minha dissertação final. Queria pedir-lhe para fazer uma breve apresentação, nome, idade, profissão...

C: O meu nome é Celso Filipe da Silva Cesteiro, tenho 27 anos, moro em Alcobaça e... sou vendedor ambulante.

V: Relativamente à sua escolaridade...

C: 9º Ano concluído.

V: Alguma vez trabalhou sem ser as vendas?

C: Sim.

V: Em quê?

C: Na apanha da fruta, por exemplo, aqueles trabalhos temporários.

V: Há quanto tempo reside em Alcobaça?

C: Eu desde... o ano 2000.

V: E veio logo para Alcobaça, nasceu cá?

C: Não, nasci em Torres Vedras, mantive-me lá até aos 10 anos, depois vim para Alcobaça viver.

V: Antes disso ainda viveu no outro bairro?

C: Sim, no bairro das barracas.

V: Vieram em que ano cá para Alcobaça, lembra-se?

C: 98, 99, 2000, por aí. Ano menos ano. Não me lembro concretamente, mas foi por essa altura.

V: Reside no Bairro Social desde que ano?

C: Desde 2007.

V: Sente-se bem a viver em Alcobaça?

C: Por um lado sim e por outro não. Por um lado sim porque é a terra onde eu gosto de viver e por outro não, porque existe muito preconceito.

V: Se tivesse oportunidade escolhia outro sítio para viver?

C: Sim, sem dúvida.

V: Concorda com o facto de ter sido construído um Bairro Social só para ciganos?

C: Não.

V: Porquê?

C: Porque só existem leis de cigano e por isso como é uma comunidade é regras de etnia cigana que mandam lá.

V: E o local escolhido para a construção, acha que foi a melhor opção?

C: Péssima (risos).

V: Relativamente à discriminação existente por parte da comunidade alcobacense, já a sentiu na rua, num café?

C: Centenas de vezes. Muitos sítios não, tenho um café ou dois onde sou muito bem recebido, mas 80% somos discriminados.

V: Ficaria incomodado se tivesse vizinhos não-ciganos?

C: Não, até gostava, pelo contrário gostava de ter vizinhos não-ciganos.

V: E na comunidade de Alcobaça, sente-se integrado?

C: Eu tento integrar-me, mas às vezes não é possível, porque não nos permitem.

V: Alguma vez teve problemas com um não-cigano em Alcobaça?

C: Tive, tive.

V: Principalmente em que situações?

C: Houve uma situação que envolveu-se praticamente tudo o que lá estava à pancadaria, eu tava no meio, fui atingido, dei e levei, mas hoje pergunto-me porquê.

V: Na noite?

C: Sim, sim na noite, num bar.

V: A nível de satisfação dos serviços públicos? A Segurança Social?

C: Não, por acaso não. Não tenho nada a apontar, nem nas Finanças...

V: Centro de Saúde?

C: Sim, sim, isso sim.

V: Hospital?

C: Hospital não, Hospital de um a zero é zero.

V: Estabelecimento de ensino?

C: A escola primária, o centro escolar de Alcobaça, lá está, acho que poderia-se melhorar. Tem boas condições, mas havia muito mais melhorias.

V: E em relação à Polícia, Centro de emprego? Câmara?

C: Sim, ah, não tenho nada a apontar contra a PSP, nem à GNR. A Câmara fui lá poucas vezes, mas das poucas vezes que lá fui bem recebido.

V: E o Centro de emprego?

C: Centro de emprego também.

V: A nível do emprego, acha que os ciganos têm as mesmas oportunidades que os não-ciganos?

C: Não, não temos as mesmas oportunidades.

V: Já referiu que fazia venda ambulante, mas em relação ao trabalho que teve na fruta, como era a relação com os colegas?

C: Foi um bocadinho menos bom, porque tivemos que fazer uma separação, porque à partida eles eram muito mal criados e não mantinham no respeito e então nós desaliámo-nos.

V: Neste momento encontra-se como vendedor ambulante, mas se estivesse sem trabalho, aceitaria qualquer um?

C: Trabalho para receber. Não é...

V: Sim, mas aceitava qualquer tipo de trabalho?

C: Qualquer tipo de trabalho, mas é para receber o que é certo. Fazer trabalho por três e receber por um, como é o caso da fruta, tava-se a receber 30€ e fazia trabalho por três pessoas. E isso é exploração e nisso não entro.

V: Como é que define a comunidade alcobacense?

C: Ah... A comunidade cigana?

V: Não, a alcobacense, sem ser ciganos.

C: Ah... Sempre foram pessoas com... com... como é que hei-de explicar, com medo, eles ao terem medo nunca tão à vontade, a pessoa a não tar à vontade, tá com um pé atrás e então, não, não quer dizer que não respeitem, mas têm o preconceito do cigano e o não-cigano.

V: Em relação ao Bairro também afasta um bocado...

C: De tudo, de tudo. O que for feito em Alcobaça é o Bairro da Bela Vista que paga, nós é que pagamos as favas dos outros todos, enquanto que há aí mais pessoas que fazem problemas e às vezes os culpados e outras vezes não somos.

V: Celso mais uma vez obrigado pela disponibilidade.

C: Obrigado eu.